

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
Art. 1º Aprovar o Regulamento da Prestação e da Utilização dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário.			
Art. 2º Esta Resolução estabelece as condições gerais da prestação e da utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e disciplina o relacionamento entre a Prestadora e os usuários, em conformidade com a Lei Federal 11.445, de 05/01/2007, regulamentada pelo Decreto Federal 7.217, de 21/06/2010, e com a Lei Estadual 11.172, de 1º/12/2008 e a Lei Estadual 7.307, de 23/01/1998, regulamentada pelo Decreto Estadual 7.765, de 08/03/2000.	Art. 2º Esta Resolução estabelece as condições gerais da prestação e da utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e disciplina o relacionamento entre a Prestadora e os usuários, em conformidade com a Lei Federal 11.445, de 05/01/2007, regulamentada pelo Decreto Federal 7.217, de 21/06/2010, e com a Lei Estadual 11.172, de 1º/12/2008 e a Lei Estadual 7.307, de 23/01/1998, regulamentada pelo Decreto Estadual 7.765, de 08/03/2000, Lei Federal 11.107, de 06/04/2005, regulamentada pelo Decreto Federal 6.017, de 17/01/2007, e demais legislações específicas sobre o tema.		Acatada com alterações.
Art. 3º Compete à Prestadora dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, nos municípios sob sua responsabilidade, a análise ou a elaboração dos projetos, a fiscalização ou a execução das obras e instalações, a operação e a manutenção dos serviços de captação, transporte, tratamento, recalque, reservação e distribuição de água, e a coleta, o transporte, o recalque, o tratamento e a disposição final dos esgotos sanitários, a contratação com o usuário e a ligação da sua unidade, a medição e apuração dos consumos, o faturamento, a cobrança e a arrecadação de valores, a prestação de outros serviços cobráveis, distintos dos principais, e o monitoramento operacional de seus serviços, nos termos desta Resolução, observadas as contratações com os municípios ou entidades consorciadas.	Art. 3º Compete à Prestadora dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, nos municípios sob sua responsabilidade, a análise ou a elaboração dos projetos, a fiscalização ou a execução das obras e instalações, a operação e a manutenção dos serviços de captação, transporte, tratamento, recalque, reservação e distribuição de água, e a coleta, o transporte, o recalque, o tratamento e a disposição final dos esgotos sanitários, a contratação com o usuário e a ligação da sua unidade, a medição e apuração dos consumos, o faturamento, a cobrança e a arrecadação de valores, a prestação de outros serviços cobráveis, distintos dos principais, e o monitoramento operacional de seus serviços, nos termos desta Resolução, observados os Planos Municipais de Saneamento e contratações realizadas com os municípios ou entidades consorciadas.	É de fundamental importância ressaltar também que as políticas públicas relativas ao direito ao saneamento são de titularidade e responsabilidade do ente público municipal, cabendo a ele estabelecer o planejamento a curto, médio e longo prazos para a universalização dos serviços públicos de saneamento básico.	Acatada.
§1º O prestador deverá realizar a operação e a manutenção dos Sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário para a população usuária, em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e demais normas pertinentes.			
§2º A prestação dos serviços será feita de modo a contribuir para a saúde pública e para a proteção do meio ambiente.			
	§3º Não é obrigação da Prestadora executar a ligação intradomiciliar de esgoto e sim do titular, conforme previsto em lei.		Rejeitada. Já existe previsão legal.
Art. 4º Para os fins desta Resolução são adotadas as seguintes definições:			
I - abastecimento de água: fornecimento de água potável ao usuário final, por meio de ligação à rede distribuidora ou, transitariamente, por meio de soluções ou fontes coletivas alternativas como as torneiras públicas, os chafarizes, os poços comunitários e os veículos transportadores exclusivos;			
II - adutora: canalização principal destinada a transportar água entre as unidades de um sistema público de abastecimento que antecede a rede de distribuição;			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
III - aferição do hidrômetro: verificação metrológica que tem por objetivo atestar a confiabilidade do instrumento medidor, por meio da utilização de padrões certificados para comparação e confronto dos resultados, consideradas as faixas de aceitação;			
IV - água bruta: água com as características próprias da fonte de captação, antes de qualquer tipo de tratamento;			
V - água potável: água cujos parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos atendam ao padrão de potabilidade estabelecido pelo Ministério da Saúde e que não ofereça riscos à saúde, obedecido o plano de amostragem de cada sistema e solução, elaborado e submetido à análise da autoridade de saúde pública;			
VI - água tratada: água submetida a processos físicos, químicos ou combinação destes, visando atender ao padrão de potabilidade apropriado para o consumo humano;			
	Água de Reuso: água residuária após tratamento que pode ser fornecida para condições específicas de utilização.	Acrescentar definição que não existia.	Acatada.
VII - alimentador predial: tubulação componente da instalação predial situada a jusante do ramal predial, compreendida entre o hidrômetro e a primeira derivação ou válvula de flutuador de reservatório predial (boia), de responsabilidade do usuário;			
VIII - cadastro: conjunto de informações descritivas, quantitativas e qualitativas, bem como de representações simbólicas e gráficas que identifica, caracteriza, classifica, referencia (ponto de amarração) e localiza usuários, logradouros, tipos de pavimentação, imóveis e unidades, instalações, elementos, peças e equipamentos componentes dos sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, inclusive a rede de distribuição, necessárias ao faturamento e à cobrança, bem como ao planejamento, manutenção e operação dos sistemas. O cadastro pode ser técnico ou de usuários;	VIII - cadastro: conjunto de informações descritivas, quantitativas e qualitativas, bem como de representações simbólicas e gráficas que identifica, caracteriza, classifica, referencia (ponto de amarração) e localiza usuários, logradouros, tipos de pavimentação, imóveis e unidades, instalações, elementos, peças e equipamentos componentes dos sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, inclusive as redes de distribuição e coletora, necessárias ao faturamento e à cobrança, bem como ao planejamento, manutenção e operação dos sistemas. O cadastro pode ser técnico ou de usuários;	Pertinente aos serviços de água e esgoto.	Acatada.
IX - caixa de inspeção da ligação: dispositivo situado entre o ramal interno e o ramal predial de esgoto, situado, sempre que possível, na calçada, destinado à inspeção, limpeza, desobstrução, junção, mudanças de declividade e/ou direção da tubulação. A responsabilidade pela manutenção e limpeza da caixa de inspeção é do usuário;			
X - categoria: classificação da unidade usuária de acordo com as características físicas do imóvel e as atividades nele exercidas;			
XI - caução: valor pago a fim de assegurar o cumprimento de uma obrigação;			
XII - cavalete: conjunto padronizado de tubulações e conexões, alojado entre o ramal predial de água e o alimentador predial, destinado a abrigar o hidrômetro;			
XIII - ciclo de faturamento: período compreendido entre medições sucessivas, no qual se apura o consumo da unidade usuária para o correspondente faturamento;			
XIV - coleta de esgoto: recolhimento dos efluentes sanitários das unidades usuárias através de ligação à rede coletora, com a finalidade de afastamento, bem como posterior tratamento e lançamento adequados, obedecendo à legislação vigente;			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
XV - coletor de esgoto do tipo separador absoluto: canalização que somente veicula águas residuárias ou efluentes sanitários de edificações ligadas à rede coletora, excluindo-se, portanto, o transporte de águas pluviais;			
XVI - coletor predial: tubulação para o recolhimento dos efluentes sanitários localizada a montante da caixa de inspeção e do ramal predial ou condominial de esgoto, de responsabilidade do usuário;			
XVII - consumo atípico: volume apurado em determinado ciclo de faturamento cujo valor seja superior ou inferior àqueles estabelecidos em tabela de parâmetros definidos pela Prestadora;			
XVIII - consumo estimado: volume presumido para cobrança a título de consumo mensal de água atribuído a uma unidade usuária sem medidor de consumo ou, ainda, com medidor, porém com apuração de consumo atípico, ou com impossibilidade de leitura por motivos alheios à vontade da Prestadora, cuja metodologia deve ser homologada pela AGERSA;			
XIX - consumo excedente: volume medido que supere a demanda mínima estabelecida para uma unidade usuária, considerada a sua categoria;			
XX - consumo faturado: apresentado na fatura, é o valor considerado como consumido e utilizado no cálculo do valor devido pela prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário;			
XXI - consumo medido/efetivo: consumo medido no hidrômetro em um determinado ciclo de faturamento;			
XXII - consumo médio: média aritmética dos consumos reais de um determinado período;			
XXIII - consumo mínimo: menor volume a ser faturado por economia, em metros cúbicos mensais, definido pelo Ente Regulador;			
XXIV - contrato de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário: instrumento pelo qual a Prestadora e o usuário ajustam as características técnicas e as condições de prestação dos serviços, nos termos desta Resolução;			
XXV - contrato de adesão: contrato de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário padronizado, cujas cláusulas estão vinculadas às normas e regulamentos, conforme modelo constante no Anexo I desta Resolução, não podendo seu conteúdo ser modificado pelo Prestador dos serviços ou pelo usuário;	XXV - contrato de adesão: contrato de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário padronizado, cujas cláusulas estão vinculadas às normas e regulamentos, conforme modelo constante no Anexo I desta Resolução, não podendo seu conteúdo ser modificado pelo Prestador dos serviços ou pelo contratante (titular). Tal instrumento determina os vínculos obrigacionais entre o contratante e a Prestadora, os direitos e deveres entre as partes;	Melhorar a definição.	Acatada com alterações.
XXVI – efluente não doméstico: resíduo líquido decorrente do uso da água para fins industriais ou em atividades similares, cujas características difiram das do esgoto doméstico;			
XXVII - economia: imóvel ou subdivisão de imóvel, com numeração própria, caracterizada como unidade autônoma de consumo, de qualquer categoria, atendida por ramal próprio ou compartilhado;			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
XXVIII - esgotamento sanitário: serviço público constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, recalque, tratamento e disposição final adequada dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até a disposição final no meio ambiente;			
XXIX - estação elevatória: conjunto de tubulações, equipamentos e dispositivos destinados a pressurizar água ou esgoto, de forma eletromecânica;			
XXX - fatura: documento comercial que apresenta o valor devido pela prestação do serviço público de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, bem como de outros serviços, referente a um período especificado, discriminando-se as parcelas correspondentes;			
XXXI - fonte ou solução alternativa de abastecimento de água potável: abrange todas as modalidades de abastecimento coletivo distintas da distribuição canalizada do sistema de abastecimento público, mantidos os parâmetros de qualidade em vigor;			
XXXII - fossas sépticas: forma de disposição composta por unidades de tratamento primário do esgoto doméstico nas quais são feitas a separação da parte líquida e a transformação físico-química da matéria sólida contida no efluente, para reduzir a sua demanda bioquímica de oxigênio. Não se confunde com o esgoto a céu aberto e as fossas rudimentares, também chamadas fossas “negras”;			
XXXIII - hidrômetro: equipamento instalado no ponto de entrega, destinado a medir e registrar, contínua e cumulativamente, o volume de água fornecido;			
XXXIV - instalação predial de água: conjunto de tubulações, inclusive o alimentador predial, reservatórios, equipamentos, peças e dispositivos localizados após o ponto de entrega de água (cavalete), de responsabilidade do usuário;			
XXXV - instalação predial de esgoto: conjunto de tubulações, conexões, aparelhos, equipamentos e acessórios, localizados no prédio ou no seu entorno, antes do ponto de coleta, de responsabilidade do usuário;			
XXXVI - lacre: fecho ou selo anti-fraude instalado pela Prestadora para impedir o acesso aos dispositivos contadores do hidrômetro;			
XXXVII - ligação: conexão estabelecida entre o ponto de entrega de água ou o ponto de coleta de esgoto e as instalações prediais da unidade usuária, exclusivamente realizada pela Prestadora;			
XXXVIII - ligação clandestina: ligação realizada por pessoa diversa da Prestadora, que configura a utilização irregular dos serviços públicos de abastecimento de água e/ou de coleta de esgoto por imóvel não cadastrado;			
XXXIX – ligação temporária: ligação de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário de caráter transitório, para atender necessidade provisória, por tempo definido;			
XL - limitador de consumo: dispositivo instalado no ramal predial, para limitar o consumo de água;			
XLI - matrícula: número de registro da unidade usuária junto à Prestadora;			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
XLII - medição individualizada: apuração do consumo de água de cada unidade usuária;			
XLIII - monitoramento operacional: acompanhamento e avaliação dos serviços com equipes, equipamentos e instalações pertencentes ao sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;			
XLIV - padrão de ligação de água: conjunto constituído pela caixa, cavalete, registro e dispositivos de controle ou de medição de consumo;			
XLV - ponto de coleta de esgoto: ponto de conexão do ramal predial de esgoto com as instalações prediais do usuário (coletor predial), localizado em uma caixa de ligação, caracterizando-se como o limite de responsabilidade da Prestadora do serviço de esgotamento sanitário;			
XLVI - ponto de entrega de água: ponto de conexão do ramal predial de água com as instalações prediais do usuário (alimentador predial), caracterizando-se como o limite de responsabilidade da Prestadora do serviço de abastecimento de água;			
XLVII - ponto de utilização: extremidade da tubulação em que ocorre a tomada d'água para uso nas instalações internas da unidade usuária, com o auxílio de um dispositivo regulador de vazão, a exemplo de torneiras, mangueiras e chuveiros;			
XLVIII - preposto: pessoa física que, devidamente identificada, representa a Prestadora e executa as suas ordens, podendo dela ser nomeado, empregado ou terceirizado;			
XLVIX - prestadora: pessoa jurídica responsável pela execução dos serviços públicos de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, seja o seu titular ou uma entidade por ele delegada, submetida à regulação da AGERSA;			
L - ramal condominial de esgoto: conjunto de tubulações que passa de imóvel a imóvel, pelo caminho mais simples, coletando os esgotos de cada residência que compõe o condomínio através de caixa de passagem;			
LI - ramal predial de água: conjunto de tubulações e peças especiais situadas entre a rede pública de abastecimento de água e o ponto de entrega de água, de responsabilidade da Prestadora, que o dimensiona, executa, mantém e repara;			
LII - ramal predial de esgoto: conjunto de tubulações e peças especiais situadas entre a rede pública de esgotamento sanitário e o ponto de coleta de esgoto, de responsabilidade da Prestadora, que o dimensiona, executa, mantém e repara;			
LIII - rateio de consumo coletivo: diferença positiva entre o volume registrado no hidrômetro principal e o somatório dos volumes registrados nos medidores individualizados, dividido pelo número de unidades consumidoras;			
LIV - rede pública de abastecimento de água: conjunto de adutoras, tubulações, peças e equipamentos que compõem o sistema público de abastecimento de água;			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
LV - rede pública de esgotamento sanitário: conjunto de tubulações, peças e equipamentos que interligam os pontos de coleta aos sistemas de tratamento, sendo parte integrante do sistema público de esgotamento sanitário;			
LVI - registro: peça utilizada para ligar e desligar e também controlar a pressão do fluxo de água em um ponto de utilização;			
LVII - religação: procedimento efetuado pela Prestadora para restabelecer o abastecimento de água para unidade usuária após o corte no seu fornecimento promovido também pela Prestadora;			
LVIII - reservatório: componente do sistema público de abastecimento de água, destinado a armazenar água tratada para compensar as variações horárias de consumo, assegurar pressão suficiente para a distribuição e garantir o abastecimento em momentos de manutenção nas redes;			
LIX - reservatório predial: componente da instalação predial de água, destinado ao armazenamento de água para um imóvel;			
LX - sistema condominial de esgoto: unidade coletora de esgotamento sanitário, atendida por um ramal predial, constituída, mediante termo de adesão, de forma solidária e sob a coordenação da Prestadora, por moradores de um conjunto de imóveis integrantes de uma mesma quadra – área urbanizada – ou um aglomerado de vizinhança – área não urbanizada;			
LXI - serviços ou atividades públicas essenciais: estabelecimentos de saúde, instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas, tais como hospitais, creches, postos de saúde e escolas;			
LXII - sistema público de abastecimento de água (SAA): conjunto de instalações e equipamentos utilizados nas atividades de captação, elevação, adução, tratamento, reservação e distribuição de água potável;			
LXIII - sistema público de esgotamento sanitário (SES): conjunto de instalações e equipamentos utilizados nas atividades de coleta, transporte, elevação, tratamento e disposição final de esgotos sanitários;			
LXIV - subadutora: o conduto que se inicia numa adutora ou que, partindo da estação de tratamento ou do reservatório de distribuição, termina em outro reservatório;	LXIV - subadutora: o conduto que se inicia em um reservatório de distribuição e termina em outro reservatório;	Correção da definição	Acatada
LXV - sucessão empresarial: efeitos obrigacionais decorrentes da transferência de estabelecimento empresarial, consistentes na responsabilidade, do adquirente, pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação na imprensa oficial, e, quanto aos outros, da data do vencimento;	LXV - sucessão empresarial: efeitos obrigacionais decorrentes da transferência de estabelecimento empresarial, consistentes na responsabilidade, do adquirente, pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano a partir da publicação na imprensa oficial, quanto aos créditos vencidos, e da data do vencimento, para os demais;		Acatada com alterações.

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
LXVI - tarifa: prestação pecuniária devida pelos usuários dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, estipulada com base numa estrutura de remuneração e de cobrança, homologada pelo ente regulador, cuja valor pode ser fixo ou variável em um determinado período de apuração, segundo faixas de consumo e categoria de usuário;			
LXVII - Tabela de Preços e Prazos de Serviços: documento em que constam os preços cobrados pela execução de serviços especiais pela Prestadora e os respectivos prazos de cumprimento, sujeito a reajuste e revisão periódicas;			
LXVIII - titular: responsável pelo imóvel, pela preservação das suas instalações prediais e pelo pagamento dos serviços prestados pela EMBASA, podendo ser ou não o usuário dos serviços;	LXVIII - titular: Contratante, pessoa física ou jurídica, ou comunhão de fato ou de direito, legalmente representada, que utilize, ou não, os serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, regido por contrato firmado ou de adesão, e que tenha responsabilidade pelo pagamento de faturas e pelas demais obrigações fixadas pelas normas legais regulamentares ou contratuais;	Tornar mais clara a diferença entre usuários e titulares.	Acatada com alterações.
LXIX - unidade usuária: economia ou conjunto de economias atendida por meio de uma única ligação de água e/ou de esgoto;			
LXX - usuário: pessoa física ou jurídica, ou comunhão de fato ou de direito legalmente representada, que utiliza os serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, regidos por contrato firmado ou de adesão, e assume a responsabilidade pelo pagamento das faturas e pelas demais obrigações fixadas em normas legais, regulamentares ou contratuais.	LXVI - usuário: pessoa física ou jurídica que utiliza os serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário e que está sujeito às normas legais regulamentares decorrentes de tal uso, independentemente de ser ou não contratante dos serviços.	Tornar mais clara a diferença entre usuários e titulares.	Acatada com alterações.
Art. 5º Toda construção permanente urbana com condições de habitabilidade situada em via pública, beneficiada com redes públicas de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário deverá, obrigatoriamente, interligar-se à rede pública, de acordo com o disposto na Lei Federal 11.445, de 05/01/2007 regulamentada pelo Decreto Federal 7.217, de 21/06/2010 e Lei Estadual 7.307, de 23/01/1998, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 7.765, de 08/03/2000, respeitadas as exigências técnicas da Prestadora dos serviços.	Art. 5º Toda construção permanente urbana, beneficiada com redes públicas de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário deverá, obrigatoriamente, interligar-se à rede pública, de acordo com o disposto na Lei Federal 11.445, de 05/01/2007 regulamentada pelo Decreto Federal 7.217, de 21/06/2010 e Lei Estadual 7.307, de 23/01/1998, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 7.765, de 08/03/2000, respeitadas as exigências técnicas da Prestadora dos serviços.	A redação restringe a imóveis residenciais indo contra a legislação ambiental.	Rejeitada. A expressão "habitabilidade" não se confunde com o ato ou a ação de residir ou morar.
Art. 6º Para efetivação da ligação de água e/ou de esgoto a Prestadora dos serviços cientificará ao interessado quanto à:			
I - obrigatoriedade de:			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
a) apresentar a carteira de identidade, ou na ausência desta, outro documento de identificação equivalente com foto (Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Conselhos Profissionais), o Cartão de Cadastro de Pessoa Física (CPF), quando pessoa física, ou o documento relativo ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), quando pessoa jurídica;	a) apresentar: I. se pessoa física: carteira de identidade, ou na ausência desta, outro documento de identificação equivalente com foto (Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Conselhos Profissionais, etc.), o Cartão de Cadastro de Pessoa Física (CPF); II. se pessoa jurídica: documento relativo ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), Contrato social ou estatuto da pessoa jurídica (registrado na Junta Comercial), sendo que todas as alterações posteriores devem ser informadas, bem como o RG e CPF do(s) representante(s) legal(is); III. se ente despersonalizado: III.1) Se Condomínio regularmente constituído: documento relativo ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), Convenção do condomínio registrada no RGI (Registro Geral de Imóveis), acompanhada da ata de assembleia de eleição do síndico, registrada no RTD (Registro de Títulos e Documentos), estatuto; III.2) Se outra modalidade de ente despersonalizado: documentos do administrador dos bens, mencionado em ata que comprove a representação do ente, o qual será o titular e responsável pela matrícula;	Englobar o conceito de ente despersonalizado e possibilitar o cadastro mais fiel dos dados do contratante.	Acatada.
b) apresentar um dos seguintes documentos comprobatórios da propriedade ou da posse do imóvel: escritura pública registrada em cartório, carnê do IPTU, contrato particular de compra e venda ou de locação, ou outro comprovante de endereço atualizado (conta de energia ou telefone fixo);			
	<u>Acrescentar mais uma letra:</u>) apresentar um comprovante de endereço atualizado (conta de energia ou telefone fixo) e obrigatoriamente assinar o Termo de Responsabilidade do Imóvel, na ausência de documentos comprobatórios da propriedade ou da posse do imóvel;		Acatada.
c) efetuar o pagamento mensal pelos serviços prestados de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, de acordo com a estrutura tarifária vigente as tarifas, sob pena de interrupção da prestação dos serviços nos termos do art. 105 do presente regulamento;			
d) observar, nas instalações hidráulicas e sanitárias da unidade usuária, as normas expedidas pelos órgãos oficiais pertinentes e padrões fornecidos pela Prestadora, postas à disposição do interessado, sob pena de interrupção da prestação dos serviços nos termos do art. 105 do presente regulamento;			
e) dispor de reservatório domiciliar dimensionado segundo Norma Técnica específica;	e) dispor de reservatório domiciliar dimensionado segundo Norma Técnica específica e de acordo com a taxa de ocupação máxima do imóvel;		Rejeitada. Redundância: o dimensionamento citado já trata da ocupação máxima do imóvel
f) dispor de reservatório inferior com instalação de elevatória (bomba), nos prédios com mais de um pavimento;			
g) adquirir e instalar, em locais apropriados de livre acesso, caixa padrão destinada à instalação de hidrômetros e outros acessórios, conforme orientações fornecidas pela Prestadora dos serviços;			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
h) construir caixa de gordura para as águas servidas provenientes de cozinhas, caixa separadora de óleo nos estabelecimentos que produzem ou utilizam resíduos oleosos e seus derivados e/ou caixa retentora de areia para lava jatos, postos de gasolina e similares;			
i) declarar o número de pontos de utilização de água da unidade usuária;			
j) celebrar o respectivo instrumento de contratação para o abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário;			
k) fornecer as informações referentes às características físicas, número de economias , natureza das atividades desenvolvidas, a finalidade da utilização da água, bem como a população estimada que será atendida e a demanda diária de vazão, comunicando eventuais alterações supervenientes da unidade usuária; e			
l) pagar valor referente a vistoria, conforme Tabela de Preços e Prazos de Serviços, a partir da 2ª visita da Prestadora, quando não tiverem sido resolvidas as pendências de responsabilidade do usuário para execução da ligação de água e/ou esgoto.			
II - eventual necessidade de:			
a) execução de serviços nas redes e/ou instalação de equipamentos da Prestadora dos serviços ou do usuário, conforme a vazão disponível e a demanda a ser atendida;			
b) obtenção de autorização dos órgãos competentes para a construção de adutoras ou linhas distribuidoras, interceptores ou redes coletoras de esgoto quando forem destinados a uso exclusivo do interessado;			
c) apresentação de licença emitida por órgão responsável pela preservação do meio ambiente quando a unidade usuária se localizar em área com restrições de ocupação;			
d) participação nos custos relativos às instalações necessárias ao abastecimento de água e/ou coleta de esgoto, na forma das normas legais, regulamentares ou pactuadas;			
e) adoção das providências necessárias à obtenção de eventuais benefícios estipulados pela legislação;			
f) aprovação, junto à Prestadora dos serviços, do projeto de extensão de rede pública antes do início das obras, quando houver interesse do usuário na sua execução mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado; e			
g) solicitação à Prestadora dos serviços da análise de viabilidade de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, conforme disposto no art. 27.			
§2º A Prestadora deverá encaminhar ao usuário cópia do instrumento da contratação ou o contrato de adesão até a data de apresentação da primeira fatura.	§2º A Prestadora manterá disponível e de fácil acesso a todos, em seus canais de comunicação (site, lojas de atendimento) cópia do instrumento da contratação ou o contrato de adesão .	O contrato está sempre disponível no site da Embasa, prática amplamente utilizada por prestadores de serviços.	Acatada com alterações.
§3º As ligações poderão ser temporárias ou definitivas.			
§4º Quando da efetivação da ligação, a Prestadora deverá informar ao usuário, as características e as exigências para a obtenção dos benefícios decorrentes de políticas de diferenciação tarifária.			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
Art. 7º A Prestadora poderá condicionar a ligação, a religação, as alterações contratuais, o aumento de vazão ou a contratação de fornecimentos especiais à quitação de débitos anteriores do mesmo usuário, decorrentes da prestação do serviço para o mesmo ou para outro imóvel, de sua responsabilidade, na área de concessão da Prestadora.	Art. 7º A Prestadora poderá condicionar a ligação, a religação, as alterações contratuais, o aumento de vazão ou a contratação de fornecimentos especiais à quitação de débitos anteriores do mesmo titular, decorrentes da prestação do serviço para o mesmo ou para outro imóvel, de sua responsabilidade, na área de concessão da Prestadora.	A relação contratual é estabelecida com o titular e não com um mero usuário. Seria prejudicial utilizar usuário pois seria mais abrangente e poderia prejudicar pessoa não contratante.	Acatada com alterações.
§1º A Prestadora não poderá condicionar a ligação de unidade usuária ao pagamento de débito:			
I - que não seja decorrente de fato originado pela prestação do serviço público de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário;			
II - não autorizado pelo usuário; ou	II - não autorizado pelo titular; ou	A relação contratual é estabelecida com o titular e não com um mero usuário. Seria prejudicial utilizar usuário pois seria mais abrangente e poderia prejudicar pessoa não contratante.	Acatada com alterações.
III - pendente em nome de terceiros.			
§ 2º As vedações dos incisos II e III do parágrafo anterior não se aplicam nos casos de sucessão empresarial.			
Art. 8º Para que os pedidos de ligação possam ser atendidos, deverá o interessado, se aprovado o orçamento apresentado pela Prestadora, efetuar previamente o pagamento das despesas decorrentes, no caso de:			
I - serem superadas as distâncias previstas no caput do art. 28; e			
II - haver necessidade de readequação da rede pública.			
§1º O pagamento previsto na hipótese do inciso II somente será aplicado se o investimento estiver em área fora do plano de investimentos da concessão.			
§2º Quando os projetos ou os serviços na rede pública forem executados pelo interessado, mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado, a Prestadora dos serviços exigirá o cumprimento de suas normas e padrões, postas à disposição do interessado, bem como das normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes.			
Art. 9º Cada unidade usuária dotada de ligação de água e/ou de esgoto será cadastrada pela Prestadora, cabendo-lhe um só único número de matrícula /inscrição.			
Art.10 O interessado, no ato do pedido de ligação de água e/ou de esgoto, será orientado sobre o disposto nesta Resolução, cuja aceitação ficará caracterizada por ocasião da assinatura do contrato ou do início da disponibilização dos serviços.	Art.10 O interessado, no ato do pedido de ligação de água e/ou de esgoto, será orientado sobre o disposto nesta Resolução, ficando a ela vinculado em todos os seus termos.	Existem normas constantes da resolução que obrigam o pretense contratante mesmo antes da assinatura do contrato, a exemplo da necessidade de regularização das instalações internas.	Acatada.
Parágrafo único. Ocorrendo reprovação das instalações na vistoria, a Prestadora deverá informar ao interessado, por escrito, o respectivo motivo e as providências corretivas necessárias.	Parágrafo único. Ocorrendo reprovação das instalações na vistoria, a PRESTADORA deverá informar ao interessado o respectivo motivo e as providências corretivas necessárias.	O processo de análise de viabilidade é dinâmico e inclui diversos estágios de comunicação entre a prestadora e o cliente, e a comunicação por escrito pode não ser a mais eficiente e adequada provocando atrasos no processo.	Rejeitada. A falta de informação, por escrito, ao interessado viola os direitos básicos do usuário, em especial quanto à obtenção de informações precisas e de fácil acesso.
Art. 11 As ligações de água e/ou de esgoto para unidades situadas em áreas com restrições para ocupação somente serão liberadas mediante autorização expressa da autoridade municipal e/ou entidade do meio ambiente competente ou, ainda, por determinação judicial.			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
Art. 12 As ligações de água e/ou de esgoto de banheiros públicos, praças e jardins públicos ou chafariz serão efetuadas pela Prestadora, mediante solicitação da entidade interessada e responsável pelo pagamento dos serviços prestados, após expressa autorização do órgão municipal competente.			
Art. 13 As ligações de água e/ou de esgoto em barracas, quiosques, lanchonetes, “foodtrucks” e outros estabelecimentos, fixos ou ambulantes, situados em via pública, somente serão executadas mediante a apresentação da licença de localização e funcionamento expedida pelo órgão municipal competente.			
Art. 14 O dimensionamento e as especificações do alimentador e do coletor predial deverão estar de acordo com as normas da ABNT e da Prestadora.			
Art. 15 Os pontos de entrega de água e coleta de esgoto deverão situar-se em área externa, próximo à linha limite (testada) do terreno com o logradouro público, em local de fácil acesso, que permita a instalação e a leitura do hidrômetro, bem como a instalação e a manutenção da caixa de ligação.			
§1º Havendo uma ou mais propriedades entre a via pública e o imóvel em que se localiza a unidade usuária, o ponto de entrega situar-se-á no limite da via pública com a primeira propriedade intermediária.			
§2º Em situações excepcionais, não havendo alternativa adequada, havendo viabilidade técnica e observados os padrões da Prestadora, o ponto de entrega poderá situar-se dentro do imóvel em que se localizar a unidade usuária.			
Art. 16 Até o ponto de entrega de água e/ou de coleta de esgoto, a Prestadora dos serviços deverá adotar todas as providências com vistas a viabilizar a prestação dos serviços contratados, observadas as condições estabelecidas no art. 28 desta Resolução, na legislação e nos regulamentos aplicáveis.			
§1º Incluem-se nestas providências a elaboração de projetos e a execução de obras, bem como a sua participação financeira.			
§2º Os projetos e as obras de que trata o parágrafo anterior, se pactuados entre as partes, poderão ser executados pelo interessado, mediante a contratação de firma habilitada, desde que não interfiram nas instalações da Prestadora.			
§3º No caso de a obra vir a ser executada pelo interessado, a empresa executora poderá ser credenciada pela Prestadora dos serviços, após aprovação do projeto, que será elaborado de acordo com as suas normas e padrões.			
§4º A Prestadora deverá, ao analisar o projeto ou a obra, indicar tempestivamente:			
I – todas as alterações necessárias ao projeto apresentado, justificando-as; e			
II - todas as adequações necessárias à obra, de acordo com o projeto por ela aprovado.			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
§5º Caso haja outras alterações ou adequações que não tenham sido tempestivamente indicadas pela Prestadora, esta será responsável por sua execução.	§5º Caso haja outras alterações ou adequações que não tenham sido tempestivamente indicadas pela PRESTADORA, estas serão objeto de análise entre as partes, para definição de responsabilidade, por sua execução.	Nem todas as alterações são motivadas por falhas ou morosidade da prestadora.	Rejeitada. Redação alterada para contemplar a exceção dos casos supervenientes.
§6º As instalações resultantes das obras de que trata o §1º, mesmo que executadas pelo interessado, comporão o acervo da rede pública, sujeitando-se ao registro patrimonial, na forma das resoluções do Ente Regulador, e poderão destinar-se também ao atendimento de outros usuários que possam ser viavelmente beneficiados.			
Art. 17 As ligações temporárias poderão ser realizadas em obras em logradouros públicos, feiras, circos, exposições, parque de diversões, eventos e outros estabelecimentos de caráter temporário que não sejam obras de construção civil nem edificações.			
Art. 18 No pedido de ligação temporária o interessado declarará o prazo estimado de duração da ligação e a sua finalidade, de forma a possibilitar o cálculo aproximado do consumo de água, bem como o volume correspondente de esgoto, para a determinação do valor da caução.	Art. 18 No pedido de ligação temporária o interessado declarará o prazo estimado de duração da ligação ,e a sua finalidade e outras informações pertinentes, de forma a possibilitar o cálculo aproximado do consumo de água, bem como o volume correspondente de esgoto, para a determinação do valor da caução.	Outras informações que subsidiem o conhecimento da demanda, por exemplo.	Acatada com alterações.
§1º As ligações temporárias terão duração máxima de 6 (seis) meses, e poderão ser prorrogadas, por prazo certo, a critério da Prestadora, mediante solicitação formal do usuário.			
§2º As despesas com instalação e retirada de rede e ramais de caráter provisório, bem como as relativas aos serviços de ligação e desligamento, correrão por conta do usuário.			
§3º A Prestadora exigirá, a título de garantia (caução), o valor de consumo estimado correspondente a 3 (três) ciclos completos de faturamento.			
§4º Serão considerados como despesas referidas no §2º, os custos dos materiais aplicados e não reaproveitáveis e demais custos, tais como os de mão-de-obra para instalação, retirada da ligação, transporte e desinfecção.			
§5º A forma de ressarcimento da caução, deduzidos os custos do §4º e dos serviços não pagos, será acordada entre a Prestadora e o interessado.			
Art. 19 O interessado deverá juntar, no pedido de ligação temporária para o abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, as plantas ou os croquis das instalações provisórias.			
Parágrafo único. Para ser efetuada a sua ligação, deverá, ainda, o interessado:			
I - preparar as instalações provisórias de acordo com as plantas ou os croquis mencionados no caput deste artigo;			
II - efetuar o pagamento das despesas relativas aos respectivos orçamentos, conforme os §§2º e 3º do art. 18; e			
III - apresentar as devidas licenças emitidas pelo órgão municipal competente.			
Art. 20 As ligações temporárias de água serão hidrometradas, devendo o consumo ser cobrado pelo volume comprovado pelas medições realizadas.			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
Art. 21 No caso da não existência da rede coletora de esgoto, será obrigatória a descarga de esgoto proveniente da limpeza de caixas e fossas em local indicado pela Prestadora, seguindo orientação dos órgãos ambientais.	Art. 21 No caso da não existência da rede coletora de esgoto será obrigatória a descarga de esgoto proveniente da limpeza de caixas e fossas em local indicado pela prestadora dos serviços de limpeza da fossa, seguindo orientação dos órgãos ambientais.		Acatada com alterações.
Art. 22 Findo o prazo estipulado no caput do art. 18, não havendo solicitação de prorrogação, a Prestadora efetuará a suspensão do fornecimento de água, conforme art. 105, §1º, inciso III.			
Art. 23 As ligações definitivas serão solicitadas pelo interessado à Prestadora com a comprovação de que foram atendidas as exigências da legislação pertinente a condomínio em edificações e incorporações.			
Parágrafo único. Nos pedidos de ligação de água e/ou de esgoto para estabelecimentos industriais ou de serviços, que tenham a água como insumo, deverá o solicitante declarar a previsão mensal, respectivamente, do consumo de água e do volume de esgoto produzido.			
Art. 24 Em ligações para construções, o ramal predial deverá ser dimensionado de modo a ser utilizado após a sua conclusão, desde que esteja em bom estado de conservação, observado o disposto no art. 26.			
Parágrafo único. O proprietário deverá informar à Prestadora a conclusão da construção, para efeito de enquadramento na categoria tarifária correspondente.	Parágrafo único. O proprietário deverá apresentar à Prestadora a documento formal de conclusão da construção (habite-se), para efeito de enquadramento na categoria tarifária correspondente.	O documento materializa a solicitação.	Acatada com alterações.
Art. 25 Nos casos de reforma ou ampliação de prédio já ligado às redes públicas de distribuição de água e/ou coletora de esgoto, a Prestadora poderá, a seu critério, manter o mesmo ramal predial existente, desde que atenda adequadamente ao imóvel resultante da reforma ou ampliação, procedendo-se a devida alteração contratual.			
Parágrafo único. O proprietário ou construtor deverá solicitar, antes de iniciada a obra, a regularização da ligação, observado o estabelecido no art. 26.			
Art. 26 Para que as solicitações de ligações definitivas possam ser atendidas, o interessado deverá:			
I - preparar as instalações de acordo com os padrões da Prestadora, as quais serão submetidas à sua vistoria;			
II - estar de acordo com o pagamento das despesas decorrentes da ligação; e,			
III - nos casos especiais, apresentar autorização do órgão competente.			
§1º A vistoria para atendimento do pedido de ligação verificará:			
a) a existência da instalação predial de água e de esgoto e sua adequação às normas técnicas e padrões da Prestadora; e			
b) os dados cadastrais da unidade usuária, em conformidade com o art. 6º, inciso I, alíneas 'd', 'e', 'f', 'g', 'h', 'i' e 'k'.			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
§2º Ocorrendo reprovação das instalações na vistoria, a Prestadora deverá informar ao interessado, por escrito, o respectivo motivo e as providências corretivas necessárias.	§ 2º Ocorrendo reprovação das instalações na vistoria, a PRESTADORA deverá informar ao interessado, o respectivo motivo e as providências corretivas necessárias.	O processo de vistoria nem sempre é acompanhado pelo usuário, e a comunicação por escrito pode não ser a mais eficiente e adequada provocando atrasos no processo. São utilizados outros meios como SMS, telefone, e-mail.	Rejeitada. A falta de informação, por escrito, ao interessado viola os direitos básicos do usuário, em especial quanto à obtenção de informações precisas e de fácil acesso.
§3º Quando existir rede coletora de esgoto no logradouro, a ligação de água somente será executada após a ligação de esgoto.			
a) Em situações excepcionais, a ligação de água poderá ser executada antes da ligação de esgoto, desde que fique previamente autorizada pelo usuário, por escrito, a sua posterior execução pela Prestadora.			
b) Os custos das obras da parte interna do imóvel são de responsabilidade do usuário.			
Art. 27 Para atendimento a condomínios, conjuntos habitacionais, prédios residenciais, comerciais, industriais e empreendimentos com grandes consumos em relação ao porte do SAA e/ou SES, após parecer técnico da análise de viabilidade de abastecimento de água e esgotamento sanitário emitida pela Prestadora, os projetos da rede distribuidora de água e de esgotamento sanitário deverão:	Art. 27 Para atendimento a condomínios, conjuntos habitacionais, prédios residenciais, comerciais, industriais e empreendimentos com grandes consumos em relação ao porte do Sistema de Abastecimento de Água – SAA, e/ou Sistema de Esgotamento Sanitário - SES, após parecer técnico da análise de viabilidade de abastecimento de água e esgotamento sanitário emitida pela PRESTADORA, os projetos da rede distribuidora de água e de esgotamento sanitário deverão:		Acatada.
I - atender às diretrizes constantes na carta de viabilidade, emitida pela Prestadora; e			
II - ser apresentados para análise e aprovação antes do início das obras, contendo todas as documentações exigidas no procedimento da Prestadora.			
Art. 28 A Prestadora tomará a seu total e exclusivo encargo a execução das ligações definitivas de água e/ou de esgoto até uma distância total de 15 (quinze) metros em área urbana ou de 30 (trinta) metros em área rural, medidos desde o ponto de tomada na rede pública disponível no logradouro em que se localiza a propriedade a ser atendida, até a linha limite (testada) do terreno, de acordo com o disposto nas normas técnicas e em local que permita e facilite o acesso para a execução dos seus serviços comerciais e operacionais.	Art. 28 A prestadora dos serviços tomará a seu total e exclusivo encargo a execução das ligações definitivas de água e/ou de esgoto até uma distância total de 15 (quinze) metros em área urbana ou de 30 (trinta) metros em área rural, medidos desde o ponto de tomada na rede pública disponível no logradouro em que se localiza a propriedade a ser atendida, até a linha limite (testada) do terreno, de acordo com o disposto nas normas técnicas e em local que permita e facilite o acesso para a execução dos seus serviços comerciais e operacionais conforme especificações definido pela PRESTADORA.		Rejeitada. Sugestão restritiva do sentido do dispositivo, sem a devida definição de quais seriam as especificações limitadoras.
§1º Ficará a cargo do usuário a aquisição e a montagem do padrão de ligação de água, exceto o hidrômetro, conforme especificações técnicas fornecidas pela Prestadora.	§1º Ficará a cargo do titular a aquisição e a montagem do padrão de ligação de água, exceto o hidrômetro, conforme especificações técnicas fornecidas pela Prestadora.	A relação contratual é estabelecida com o titular e não com um mero usuário.	Acatada com alterações.
§2º As obras de execução e adaptação da parte interna das instalações de esgoto do imóvel, assim como a interligação na caixa de ligação construída pela Prestadora serão de responsabilidade do usuário.	§2º As obras de execução e adaptação da parte interna das instalações de esgoto do imóvel, assim como a interligação na caixa de ligação construída pela Prestadora serão de responsabilidade do titular.	A relação contratual é estabelecida com o titular e não com um mero usuário.	Acatada com alterações.
§3º São também de responsabilidade do usuário as obras de elevação mecânica (bombeamento), necessárias ao esgotamento do imóvel, cujo ponto de coleta esteja situado abaixo do nível da rede pública de coleta de esgoto.	§3º São também de responsabilidade do titular as obras de elevação mecânica (bombeamento), necessárias ao esgotamento do imóvel, cujo ponto de coleta esteja situado abaixo do nível da rede pública de coleta de esgoto.	A relação contratual é estabelecida com o titular e não com um mero usuário.	Acatada com alterações.

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
§4º Caso as distâncias sejam maiores que as descritas no caput deste artigo, a Prestadora cobrará do usuário os custos decorrentes da extensão adicional de ramal e/ou de obra na rede pública, adotando critérios de cálculo preestabelecidos e regulamentados pelo Ente Regulador.	§4º Caso as distâncias sejam maiores que as descritas no caput deste artigo, e após procedimento que ateste a viabilidade técnica, a Prestadora cobrará do titular os custos decorrentes da extensão adicional de ramal e/ou de obra na rede pública, adotando critérios de cálculo específicos dos custos da execução do serviço (mão-de-obra e material).	1. A relação contratual é estabelecida com o titular e não com um mero usuário. 2. Para realização da extensão de rede é necessário procedimento prévio de análise de viabilidade técnica, tanto para verificar o impacto da obra na região, quanto para a análise de capacidade do sistema. 3. Não há como fixar tabela de custos uma vez que são específicos de cada situação.	Acatada com alterações.
§5º As instalações resultantes das obras referidas no parágrafo anterior passarão a integrar a rede pública, sem qualquer ressarcimento, devendo ser efetuado o devido registro patrimonial.			
§6º Nos casos de condomínios horizontais e nas edificações verticais, a Prestadora fornecerá água em uma única ligação, independentemente da medição das economias serem individualizadas e coletará o esgoto, também em uma única ligação, sendo que as redes internas serão instaladas exclusivamente por conta dos respectivos condôminos e/ou incorporadores.			
§7º Nos casos de condomínios e nas edificações verticais, a Prestadora acatará a individualização da medição de água, às expensas do interessado, desde que atenda aos padrões por ela definidos.	§7º Nos casos de condomínios e nas edificações verticais, a Prestadora acatará a individualização da medição de água, às expensas do titular, desde que atenda aos padrões por ela definidos.	A relação contratual é estabelecida com o titular e não com um mero usuário.	Acatada com alterações.
§8º Em propriedades localizadas em terreno de esquina, existindo ou não rede pública disponível no logradouro frontal, as condições definidas no caput deste artigo deverão ser consideradas, caso exista rede pública disponível no logradouro adjacente.			
§9º Em casos especiais, mediante celebração de contrato com o usuário, a Prestadora poderá adotar outros critérios, observados os estudos de viabilidade técnica e econômica.	§9º Em casos especiais, mediante celebração de contrato com o titular, a Prestadora poderá adotar outros critérios, observados os estudos de viabilidade técnica e econômica.	A relação contratual é estabelecida com o titular e não com um mero usuário.	Acatada com alterações.
§10º A Prestadora instalará o ramal predial de água, de acordo com o disposto nas normas técnicas e em local de fácil acesso para a execução dos seus serviços comerciais e operacionais.			
Art. 29 A prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário pela Prestadora ao usuário caracteriza uma relação de natureza contratual, responsabilizando-se o usuário dos serviços pelo pagamento dos serviços prestados, pela informação e atualização dos seus dados cadastrais e pelo cumprimento das demais obrigações pertinentes.	Art. 29 A prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário pela Prestadora caracteriza uma relação de natureza contratual, responsabilizando-se o titular dos serviços pelo pagamento dos serviços prestados, pela informação e atualização dos seus dados cadastrais e pelo cumprimento das demais obrigações pertinentes.	A relação contratual é estabelecida com o titular e não com um mero usuário. O contrato de prestação de serviços tem natureza bilateral com reciprocidade de obrigações das partes.	Acatada com alterações.
Parágrafo único. O usuário tem direito à oferta dos serviços em condições adequadas, visando ao seu pleno e satisfatório atendimento.			
Art. 30 A Prestadora deverá encaminhar ao usuário cópia do contrato de adesão, exceto para os casos do art. 31, até a data da apresentação da primeira fatura.	Art. 30 A Prestadora manterá disponível e de fácil acesso a todos, em seus canais de comunicação (site, lojas de atendimento) cópia do instrumento da contratação ou o contrato de adesão, exceto para os casos do artigo 31.	O contrato está sempre disponível no site da Embasa, prática amplamente utilizada por prestadores de serviços.	Rejeitada. Redação alterada para contemplar tanto o caso de novos usuários como dos atuais.
Parágrafo único. O Ente Regulador deverá aprovar o modelo do contrato de adesão proposto pela Prestadora.			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
Art. 31 É indispensável a celebração de contrato específico de abastecimento de água e/ou contrato específico de esgotamento sanitário entre a Prestadora e o usuário responsável pela unidade usuária a ser atendida, nos seguintes casos:			
I - contrato sob demanda ou condições especiais de fornecimento;			
II - para atendimento às entidades integrantes da Administração Pública de qualquer esfera de governo e às reconhecidas como de utilidade pública sem finalidade filantrópica;			
III - quando os despejos não domésticos, por suas características, não puderem ser lançados in natura na rede de esgotos;			
IV - quando, para o abastecimento de água ou o esgotamento sanitário, a Prestadora tenha de fazer investimento específico, desde que fora ou intempestivo em relação ao plano de investimentos da concessão;			
V - nos casos de medição individualizada em condomínio, em que serão estabelecidas as responsabilidades e critérios de rateio de consumo coletivo; e			
VI - quando o usuário tiver que participar financeiramente da realização de obras de extensão ou melhorias da rede pública de distribuição água e/ou coletora de esgoto, para o atendimento de seu pedido de ligação, no caso do art. 8º, inciso II.			
Parágrafo único. Como condição para sua validade, o Ente Regulador aprovará, previamente, os modelos de contratos.			
Art. 32 O contrato de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, mencionado no art. 31, deverá conter, além das cláusulas essenciais aos contratos administrativos, outras que digam respeito a:			
I - identificação do ponto de entrega e/ou de coleta;			
II - previsão de volume de água fornecida e/ou de esgoto coletado;			
III - condições de revisão, para mais ou para menos, da demanda contratada, se houver;			
IV - condições para o tratamento dos despejos não domésticos, para seu posterior lançamento na rede de esgotos;			
V - responsabilidades e critérios de rateio de consumo coletivo, nos casos de medição individualizada em condomínio;			
VI - data de início da prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, e o prazo de vigência; e	VI - data de início da prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, e o prazo de vigência;		
VII - critérios de rescisão.	VII - critérios de rescisão; e		
	VIII - Critérios de Suspensão dos serviços.		Rejeitada. Os critérios para suspensão dos serviços já estão previstos na Lei.
§1º Quando a Prestadora tiver que fazer investimento específico, o contrato deve dispor sobre as condições, formas e prazos que assegurem o ressarcimento do ônus relativo ao referido investimento, bem como deverá elaborar cronograma para identificar a data do início da prestação dos serviços.			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
§2º O prazo de vigência do contrato de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário deverá ser estabelecido considerando as necessidades e os requisitos das partes.			
CAPÍTULO VI - DOS PREÇOS E PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS			
Art. 33 As solicitações relacionadas aos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário em rede pública de distribuição e/ou coletora existentes serão atendidas dentro dos prazos estabelecidos pela Prestadora, homologados pelo Ente Regulador.			
§1º Os prazos para a execução dos serviços referidos no caput deste artigo, bem como os preços respectivos, deverão constar da Tabela de Preços e Prazos dos Serviços, homologada pelo Ente Regulador e disponibilizada aos interessados.			
§2º Os serviços, cuja natureza não permita definir prazos para a sua execução na Tabela de Preços e Prazos de Serviços, deverão ser acordados com o interessado quando da solicitação, observando-se as variáveis técnicas e econômicas exigidas para o seu cumprimento.			
§3º A Prestadora, conforme definido na Tabela de Preços e Prazos de Serviços, para a conclusão da análise e para a emissão da carta de viabilidade de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao interessado, desde que este tenha apresentado os dados necessários e pago o preço referente à análise de viabilidade, conforme definido pelo Ente Regulador.	§3º A Prestadora, conforme definido na Tabela de Preços e Prazos de Serviços, concluirá a análise e emitirá a carta de viabilidade de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao interessado, desde que este tenha apresentado os dados necessários e pago o preço referente à análise de viabilidade, conforme definido pelo Ente Regulador.	Texto modificado para melhor compreensão.	Acatada.
§4º A Prestadora terá prazo conforme definido na Tabela de Preços e Prazos de Serviços, para análise do projeto de abastecimento de água e esgotamento sanitário com emissão de carta de viabilidade ao interessado, desde que o mesmo tenha apresentado os dados necessários e pago a taxa de análise de projeto, conforme definido pelo Ente Regulador.			
Art. 34 A Prestadora terá prazo conforme definido na Tabela de Preços e Prazos de Serviços, para elaborar os estudos, orçamentos, projetos e informar ao interessado, por escrito, o prazo para conclusão das obras de redes de distribuição e/ou coletora destinadas ao seu atendimento , bem como a eventual necessidade de sua participação financeira, nos termos do art. 8º, quando:	O item em vermelho não está na Tabela de Preços e Prazos dos Serviços.		O item se subsume à hipótese de Estudo de Viabilidade Técnica, prevista na Tabela
I - inexistir rede de distribuição e/ou rede coletora em frente ou na testada da unidade usuária a ser ligada;			
II - a rede de distribuição e/ou rede coletora necessitar alterações ou ampliações.			
Art. 35 Satisfeitas pelo interessado as condições estabelecidas na legislação vigente, quando for de responsabilidade da Prestadora a execução das obras, esta terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias para iniciá-las, desde que exista viabilidade técnica e financeira, e capacidade orçamentária para a realização do empreendimento.	Art. 35 Satisfeitas pelo interessado as condições estabelecidas na legislação vigente, quando for de responsabilidade da Prestadora a execução de obras, esta terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias para iniciá-las, desde que: I - exista viabilidade técnica e financeira; II - exista capacidade orçamentária para a realização do empreendimento; III - a obra não esteja prevista no cronograma do Plano Quadrienal de Metas e Investimentos - PQMI.	Texto modificado para melhor compreensão.	Acatada com alterações.

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
Parágrafo único. Caso a obra esteja dentro do cronograma do plano de investimentos da concessão, a falta de capacidade orçamentária não deverá ser invocada.	Parágrafo único. Caso a obra esteja prevista no cronograma do Plano Quadrienal de Metas e Investimentos - PQMI, os prazos a serem respeitados serão aqueles fixados nesse instrumento.	Texto modificado para melhor compreensão.	Acatada.
Art. 36 O prazo para atendimento em áreas que necessitem de execução de novas adutoras, subadutoras, coletores e interceptores será estabelecido de comum acordo entre as partes.	Excluir artigo.	Não cabe a PRESTADORA fazer acordo com o usuário. Artigo implícito no artigo anterior.	Rejeitada. Não trata-se de acordo com usuário mas com o titular dos serviços, o município. Redação alterada para esclarecer as partes.
Art. 37 Os prazos para o início e a conclusão das obras e serviços a cargo da Prestadora serão suspensos quando:			
I - o usuário não apresentar as informações que lhe couberem;			
II - cumpridas todas as exigências legais, não for obtida licença, autorização ou aprovação do órgão competente;			
III - não for outorgada servidão de passagem ou disponibilizada via de acesso necessária à execução dos trabalhos; e			
IV - houver razões de ordem técnica, acidentes, fenômenos naturais, caso fortuito ou força maior.			
§1º Havendo suspensão da contagem do prazo, o usuário deverá ser informado.			
§2º Os prazos continuarão a fluir logo depois de removido o impedimento, sendo o usuário novamente cientificado do fato.			
Art. 38 As instalações prediais deverão ser definidas, projetadas e construídas conforme Norma Técnica existente, sem prejuízo das normas operacionais da Prestadora e o que dispõe a legislação específica.			
§ 1º A Prestadora se exime da responsabilidade pelos danos pessoais ou patrimoniais derivados de mau funcionamento das instalações prediais.			
§ 2º É obrigatória a construção de caixa de gordura na instalação predial de esgoto para águas servidas provenientes de cozinhas, caixa separadora de óleo nos estabelecimentos que produzem ou utilizam resíduos oleosos e seus derivados e/ou caixa retentora de areia para lava jatos, postos de gasolina e similares.			
§ 3º Quando um imóvel tiver apenas parte dos seus efluentes sanitários ligados ao coletor público, ainda assim estará sujeito ao pagamento mensal da tarifa de esgoto, cabendo ao usuário executar, sob suas expensas, a complementação da interligação da totalidade de seus efluentes ao sistema de esgotamento sanitário.	§ 3º Quando um imóvel tiver apenas parte dos seus efluentes sanitários ligados ao coletor público, fica configurada situação irregular conforme artigo 5º desta Resolução, não podendo se eximir do pagamento mensal da tarifa de esgoto, cabendo ao titular executar, sob suas expensas, a complementação da interligação da totalidade de seus efluentes ao sistema de esgotamento sanitário.	A relação contratual é estabelecida com o titular e não com um mero usuário. Conforme Lei Federal nº 11.445/2007 é obrigatória a interligação do imóvel às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis.	Parágrafo excluído por contemplar situação ilícita, não protegida pela Lei.
Art. 39 Os despejos a serem lançados na rede coletora de esgoto deverão atender aos requisitos das normas legais, regulamentares ou pactuadas, pertinentes.			
Art. 40 Todas as instalações de água após o ponto de entrega e as instalações de esgoto antes do ponto de coleta serão efetuadas às expensas do usuário, bem como sua conservação, podendo a Prestadora inspecioná-las quando achar conveniente.	Art. 40 Todas as instalações de água após o ponto de entrega e as instalações de esgoto antes do ponto de coleta serão efetuadas às expensas do titular, bem como sua conservação, podendo a Prestadora inspecioná-las quando achar conveniente.	A relação contratual é estabelecida com o titular e não com um mero usuário.	Acatada com alterações.
Art. 41 É vedado:			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
I - a interconexão do alimentador predial de água com tubulações alimentadas por água não fornecida pela Prestadora;			
II - a derivação de tubulações da instalação predial de água para suprir outro imóvel ou economia do mesmo imóvel, ainda que seja de propriedade do usuário, que não faça parte de sua ligação;			
III - o uso de dispositivos intercalados no alimentador predial que prejudiquem o abastecimento público de água;			
IV - o despejo de águas pluviais ou efluentes oleosos e gorduras nas instalações prediais de esgotos sanitários;			
V - o uso de dispositivos ou elementos estranhos ao padrão da ligação de água da Prestadora que, de qualquer maneira, comprometa a apuração do consumo de água e/ou a qualidade da água;			
VI - o despejo de esgoto sanitário ou industrial em galerias de águas pluviais, nos logradouros onde exista rede coletora de esgoto;			
VII - o emprego de bombas de sucção ligadas diretamente no alimentador predial de água, sob pena de aplicação das sanções previstas nesta Resolução;			
VIII - o lançamento de resíduos sólidos nas instalações prediais de esgoto sanitário.			
Art. 42 Para os prédios ligados à rede pública em que não for possível o abastecimento direto no reservatório superior sendo, portanto, necessária a utilização de bombeamento, mesmo sendo fornecidas pressões mínimas na rede em conformidade com o definido nas normas regulamentares, o usuário se responsabilizará pela construção, operação e manutenção do respectivo sistema de pressurização, obedecidas as especificações técnicas da Prestadora.	Art. 42 Para os prédios ligados à rede pública em que não for possível o abastecimento direto no reservatório superior, sendo, portanto, necessária a utilização de bombeamento, mesmo com fornecimento de pressões mínimas na rede em conformidade com o definido nas normas regulamentares, o titular se responsabilizará pela construção, operação e manutenção do respectivo sistema de pressurização, obedecidas as especificações técnicas da Prestadora bem como atendidos os critérios do artigo 6º desta Resolução.	A relação contratual é estabelecida com o titular e não com um mero usuário.	Acatada com alterações.
Art. 43 As obras e instalações necessárias ao esgotamento dos prédios ou parte de prédios situados abaixo do nível da via pública e dos que não puderem ser esgotados pela rede da Prestadora, em virtude das limitações impostas pelas características da construção, serão de responsabilidade do interessado, obedecidas as suas especificações técnicas.			
Art. 44 Os despejos que, por sua natureza, não puderem ser lançados diretamente na rede pública coletora de esgoto, deverão, obrigatoriamente, ser tratados previamente pelo usuário, às suas expensas e de acordo com as normas vigentes.			
Parágrafo único. Ficam enquadrados no que dispõe este artigo os despejos de natureza hospitalar, industrial, comercial, gerados por atividades agropecuárias ou outros cuja composição obrigue o seu tratamento prévio, conforme legislação vigente.			
Art. 45 Os ramais prediais serão assentados pela Prestadora, observado o disposto nos arts. 24, 25 e 28.			
Art. 46 Compete à Prestadora, quando solicitado e justificado, informar ao interessado, para seu atendimento, a pressão e a vazão na rede de distribuição e a capacidade de vazão da rede coletora.			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
Art. 47 O abastecimento de água deverá ser feito por um único ramal predial para cada unidade usuária, mesmo abrangendo economias de categorias de uso distintas.			
§1º Em imóveis com mais de uma economia, a instalação predial de água de cada uma delas poderá ser independente, sendo o consumo apurado separadamente, bem como alimentada através de ramal predial privativo, desde que haja viabilidade técnica prevista em procedimentos normativos.			
§2º Nas ligações já existentes, a Prestadora providenciará a separação dos ramais prediais de que trata o artigo anterior, mediante o desmembramento definitivo das instalações do sistema interno de distribuição de abastecimento do imóvel, realizado pelo usuário.			
Art. 48 A substituição ou o remanejamento do ramal predial será de responsabilidade da Prestadora, sendo realizada com ônus para o usuário quando for por ele solicitada.			
Art. 49 Para a implantação de projeto que contemple a alternativa de ramais condominiais de esgoto, deverá haver aceitação do condomínio formado, mediante termo de adesão, definindo as responsabilidades entre as partes interessadas.			
§1º A operação e a manutenção dos ramais das quadras condominiais poderá ser atribuição dos usuários que, nesse caso, terão direito a uma tarifa diferenciada definida no termo de adesão assinado entre as partes interessadas.			
§2º A tarifa diferenciada de esgoto dos imóveis ligados aos sistemas condominiais será imediatamente alterada caso o condomínio não efetue a operação e a manutenção conforme acordado no termo de adesão.			
§3º Não haverá tarifa diferenciada para os imóveis ligados aos sistemas condominiais quando a operação e a manutenção forem de total responsabilidade da Prestadora, caso em que não haverá necessidade de se firmar termo de adesão.			
§4º A operação e a manutenção dos ramais condominiais sob a calçada é de responsabilidade exclusiva da Prestadora.			
Art. 50 Havendo qualquer alteração no funcionamento do ramal predial de água e/ou de esgoto, o usuário deverá solicitar à Prestadora as correções necessárias.			
Art. 51 É vedado ao usuário intervir no ramal predial de água e/ou de esgoto.			
Art. 52 Os danos causados pela intervenção indevida do usuário nas redes públicas e/ou no ramal predial de água e/ou de esgoto serão reparados pela Prestadora, por conta do usuário, cabendo-lhe a penalidade prevista no art. 102.	Art. 52 Os danos causados pela intervenção indevida do usuário nas redes públicas e/ou no ramal predial de água e/ou de esgoto serão reparados pela PRESTADORA, por conta do usuário, o qual estará sujeito ainda à aplicação das penalidades previstas no Art. 102.		Acatada.
Art. 53 A restauração de muros, passeios e revestimentos, decorrente de serviços solicitados pelo usuário e por ele autorizados, será de sua inteira responsabilidade.			
Parágrafo único. A restauração de que trata este artigo ficará sob responsabilidade da Prestadora nos casos de manutenção ou, ainda, de serviço realizado por iniciativa e interesse da própria Prestadora.			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
Art. 54 As ligações rurais de água poderão ser executadas a partir de adutoras ou subadutoras quando as condições operacionais as admitirem.			
§1º Toda interligação em adutoras ou subadutoras deverá ser feita mediante redes auxiliares, devendo o interessado submeter o projeto à Prestadora para verificar a viabilidade do atendimento.			
§2º A Prestadora poderá elaborar o projeto referido no parágrafo anterior, por solicitação do interessado, ficando todas as despesas por conta deste.			
§3º A pedido do usuário, a Prestadora poderá fornecer água bruta, mediante autorização do órgão gestor de recursos hídricos, quando a ligação estiver situada em trecho não atendido com água tratada, por meio de contrato específico, no qual serão estabelecidas as suas responsabilidades quanto aos riscos de sua utilização sem os devidos tratamentos, especialmente para o consumo humano.	Este passaria a ser o parágrafo 4º e o de sistemas simplificados o 3º.		Acatada.
	§4º Nas ligações de água nas zonas rurais, o medidor deverá ser instalado na divisa ou entrada da propriedade, principalmente em se tratando de pequenos ou grandes proprietários.	A Embasa não pode adentrar nas propriedades sem permissão do usuário. E a tubulação que liga o hidrômetro às instalações são de inteira responsabilidade do proprietário, inclusive quando acontece vazamento nesse trecho devido aos animais desta propriedade.	Acatada com alterações.
Art. 55 Em loteamentos, condomínios, ruas particulares e outros empreendimentos similares, a Prestadora somente poderá assegurar o abastecimento de água e o esgotamento sanitário se, antecipadamente, por solicitação do interessado, for analisada e aprovada sua viabilidade técnica.			
§1º Constatada a viabilidade, a Prestadora deverá fornecer as diretrizes para a elaboração do projeto do sistema de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário do empreendimento.			
§2º A Prestadora não aprovará projeto de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário para condomínios, loteamentos, conjuntos habitacionais, vilas e outros que estejam em desacordo com a legislação ou com as normas técnicas vigentes.			
§3º As áreas necessárias às instalações dos sistemas públicos de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, situadas fora dos limites dos logradouros públicos, voltadas ao atendimento do empreendimento, deverão ser cedidas a título gratuito e passarão a integrar as redes públicas de distribuição e/ou coletoras, devendo a Prestadora promover o seu cadastro.			
§4º As tubulações assentadas pelos interessados nos logradouros de loteamento, condomínios, ruas particulares e outros empreendimentos similares, situadas antes dos pontos de entrega e depois dos pontos de coleta, passarão a integrar as redes públicas de distribuição e/ou coletoras, desde o momento em que a estas forem interligadas aos sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e serão operadas pela Prestadora, devendo esta promover os seus cadastros.			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
§5º A execução de obras dos sistemas de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, bem como a sua cessão, a título gratuito será objeto de instrumento especial a ser firmado entre o interessado e a Prestadora.			
Art. 56 A Prestadora admitirá a execução dos serviços pelo interessado, mediante sua solicitação e após aprovação do projeto, que será elaborado de acordo com as normas em vigor.			
Art. 57 As obras de que trata este capítulo serão custeadas pelo interessado e deverão ser por ele executadas, sob a fiscalização da Prestadora.			
Parágrafo único. Quando as instalações se destinarem a servir outras áreas, além das pertencentes ao interessado, o custo dos serviços poderá ser rateado entre os empreendedores beneficiados, mediante acordo entre estes celebrado para tal fim, sem prejuízo das demais disposições deste capítulo.			
Art. 58 As ligações das tubulações de que trata este capítulo às redes dos sistemas de água e de esgoto somente serão executadas pela Prestadora depois de totalmente concluídas e aceitas as obras relativas ao projeto aprovado e, quando for o caso, efetivadas as cessões a título gratuito e pagas as despesas pelo interessado.			
Parágrafo único. As obras de que trata este artigo terão seu recebimento definitivo após a realização dos testes, a avaliação do sistema em funcionamento, a elaboração e a aprovação do cadastro, observadas as posturas municipais vigentes e os procedimentos internos da Prestadora.			
Art. 59 Os prédios de ruas particulares poderão ter serviços individuais de ramais prediais derivados das redes públicas distribuidoras e/ou coletoras, ligados aos respectivos sistemas da Prestadora.			
Parágrafo único. Quando houver necessidade de estações elevatórias de esgoto, estas deverão ser construídas, operadas e mantidas pelos interessados.	Parágrafo único. Quando houver necessidade de estações elevatórias de água e/ou esgoto, estas deverão ser construídas, operadas e mantidas pelos interessados.		Acatada.
Art. 60 O sistema de abastecimento de água dos condomínios será centralizado, mediante reservatório comum, ou descentralizado, mediante reservatórios individuais, observadas as modalidades definidas no art. 61.			
Art. 61 O abastecimento de água e/ou a coleta de esgoto de que trata este capítulo, obedecerão, a critério da Prestadora, às seguintes modalidades:			
I - abastecimento de água e/ou coleta de esgoto individual dos imóveis;			
II - abastecimento, em conjunto, dos imóveis, cabendo aos proprietários a operação e a manutenção das instalações de água a partir do hidrômetro instalado no ponto de entrega da Prestadora ou do limitador de consumo, instalado antes do reservatório comum; e			
III - coleta, em conjunto, dos imóveis, cabendo aos proprietários a operação e a manutenção das instalações de esgoto antes do ponto de coleta da Prestadora.			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
Parágrafo único. As instalações de água e de esgoto de que trata este artigo serão construídas às expensas do interessado e de acordo com o projeto e suas especificações, previamente aprovados pela Prestadora.	Parágrafo único. As instalações de água e de esgoto de que trata este artigo serão construídas às expensas do interessado e de acordo com o projeto e suas especificações, previamente aprovados pela PRESTADORA até o ponto de entrega de água e antes do ponto de coleta de esgoto da PRESTADORA.		Acatada.
Art. 62 Sempre que for ampliado o condomínio, o loteamento, o conjunto habitacional ou o agrupamento de edificações, as despesas decorrentes de melhoria ou expansão dos sistemas públicos de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário correrão por conta dos respectivos proprietários ou incorporadores.			
	CAPITULO IX - DOS SISTEMAS DE MEDIÇÃO INDIVIDUALIZADA	Melhor detalhar as particularidades da Medição Individualizada.	Acatada com alterações.
	Seção I - Da propriedade, operação e manutenção das Instalações		
	Art. 63 O projeto, construção, as instalações, a operação e manutenção dos Sistemas de Medição Individualizada em loteamentos, condomínios e edificações por se situarem após o ponto de entrega da PRESTADORA, portanto no interior de propriedades privadas, são de inteira responsabilidade dos seus usuários;		
	Parágrafo único. Todas as instalações situadas após o ponto de entrega da PRESTADORA são de propriedade e responsabilidade exclusiva dos usuários, proprietários ou condôminos.		
	Art. 64 É facultado aos usuários optar pela apuração, análise e processamento de suas contas pela PRESTADORA desde que atendidas as normas da ABNT e os padrões estabelecidos pela PRESTADORA;		
	Art. 65 A PRESTADORA poderá, se solicitada, e desde que as instalações atendam aos padrões e normas vigentes, efetuar aferição dos dispositivos de medição dos usuários e/ou condôminos às expensas destes.		
	Parágrafo único. A retirada e substituição de aparelhos de medição ou de qualquer outro componente do Sistema de Medição Individualizada é de responsabilidade exclusiva de seus proprietários.		
	Seção II - Da apuração dos consumos, uso dos serviços e emissão de contas individuais		
	Art. 66 É obrigatório a celebração de contrato individual específico estabelecendo as obrigações e direitos dos usuários, proprietários de sistemas de medição individualizada e a PRESTADORA, para que esta possa efetuar a apuração dos consumos e emissão das faturas para cada imóvel em separado.		
	Art. 67 A apuração do uso dos serviços em edificações, condomínios, conjuntos habitacionais e quaisquer outras formas de ocupação, compreende o uso dos serviços por cada unidade usuária, individualmente, e a sua utilização nas áreas de uso comum a todos os usuários e/ou condôminos.		

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
	Parágrafo único. Nas hipóteses previstas neste artigo, a diferença positiva apurada entre o consumo global e o somatório dos consumos individuais será rateada entre todas as unidades usuárias dos serviços (economias) e utilizada na determinação do valor da fatura mensal dos serviços de responsabilidade de cada usuário.		
	Art. 68 A PRESTADORA procederá se solicitada, a análise mensal dos consumos individuais e uso dos serviços, com emissão de laudo técnico, para auxiliar na apuração e tratamento de divergências internas, que devem ser tratadas pelos próprios moradores ou usuários dos serviços junto aos seus respectivos condomínios ou associações.		
	Art. 69 À PRESTADORA deve obrigatoriamente ser facultado o livre acesso às instalações e aparelhos de medição do Sistema de Medição Individualizada, ao padrão de ligação de água no ponto de entrega e ao ponto de coleta de esgoto.		
Art. 63 A Prestadora controlará o consumo de água utilizando-se do hidrômetro e, em casos especiais, por meio do limitador de consumo.	A partir do artigo ao lado, renumerar.		
§1º Os hidrômetros serão aferidos e devem ter sua fabricação certificada pelo INMETRO ou outra entidade pública por ele delegada.	§1º Os hidrômetros serão aferidos e devem ter sua fabricação certificada pelo INMETRO, IBAMETRO ou outra entidade pública por eles delegada.	O IBAMETRO foi instituído e regulamentado por legislação própria, sendo um ente que atua diretamente nas certificações técnicas realizadas no Estado.	Acatada com alterações
§2º Toda ligação predial de água deverá ser provida de um registro externo, localizado antes do hidrômetro, de manobra privativa da Prestadora.			
	§3º Toda ligação predial de água deverá ser provida de um registro interno, localizado após o hidrômetro, de manobra privativa do USUÁRIO.	Para que não haja violação do registro da prestadora.	Acatada.
Art. 64 É de responsabilidade da Prestadora a instalação de hidrômetro nas unidades usuárias para controle do consumo de água, salvo nos casos de medição individualizada por economias, que será de responsabilidade do usuário.			
Art. 65 Os hidrômetros, os limitadores de consumo e os registros serão instalados em caixas de proteção padronizadas, de acordo com as normas procedimentais da Prestadora.			
§1º Os aparelhos referidos neste artigo deverão ser devidamente lacrados e periodicamente inspecionados pela Prestadora.			
§2º É facultado à Prestadora, mediante aviso aos usuários, o direito de redimensionar e remanejar os hidrômetros das ligações quando constatada a necessidade técnica da intervenção.			
§3º Somente a Prestadora ou o seu preposto poderá instalar, substituir ou remover o hidrômetro ou o limitador de consumo, bem como indicar os novos locais de sua instalação.			
§4º A substituição do hidrômetro deverá ser comunicada ao usuário, por meio de correspondência específica, que conterà as informações referentes às leituras do hidrômetro retirado e do instalado.			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
§5º A substituição do hidrômetro, decorrente do desgaste normal de seus mecanismos, será executada pela Prestadora, sempre que necessário, sem ônus para o usuário.	§5º A substituição do hidrômetro, decorrente do desgaste normal de seus mecanismos, exceto quando se tratar de Sistemas de Medição Individualizada em que todos os custos são de responsabilidade das unidades usuárias dos serviços, será executada pela PRESTADORA, sempre que necessário, sem ônus para o usuário.	Os Sistemas de Medição Individualizada são de propriedade exclusiva dos usuários ou condôminos e situam-se após o ponto de entrega da Prestadora. São equipamentos de propriedade privada.	Acatada.
§6º A substituição do hidrômetro, decorrente da violação de seus mecanismos, será executada pela Prestadora, com ônus para o usuário, além das penalidades previstas, quando comprovada sua responsabilidade.			
§7º A indisponibilidade de hidrômetro no mercado não poderá ser invocada pela Prestadora para negar ou retardar a ligação e o início do abastecimento de água.	§7º A indisponibilidade de hidrômetro no mercado, exceto quando se tratar de unidades usuárias em Sistemas de Medição Individualizada, não poderá ser invocada pela PRESTADORA para negar ou retardar a ligação e o início do abastecimento de água.		Acatada.
Art. 66 Os selos instalados nos hidrômetros e nas caixas poderão ser rompidos apenas por preposto da Prestadora dos serviços e deverão ter numeração específica, constante do cadastro comercial, atualizado a cada alteração documentada.	Art. 66 Os selos instalados nos hidrômetros e nas conexões do ramal com o hidrômetro poderão ser rompidos apenas por preposto da Prestadora dos serviços e deverão ter numeração específica, constante do cadastro comercial, atualizado a cada alteração documentada.	Existem diversos tipos de caixa: de chão, parede, com tampas transparentes, metálicas ou opacas que são abertas mensalmente pelos leituristas e equipe de manutenção, não viabilizando a utilização de selos nas mesmas. O selo na conexão do ramal com o hidrômetro é uma garantia para a Prestadora de que não haverá violação de suas instalações.	Acatada.
§1º É de responsabilidade da Prestadora a instalação de selos e/ou lacres em todos hidrômetros e/ou caixas das instalações de água.	§ 1º É de responsabilidade da PRESTADORA a instalação de selos e/ou lacres no hidrômetro ou outro componente das instalações de água.	Como mencionado anteriormente não são instalados selos nas caixas.	Acatada.
§2º Constatado o rompimento ou a violação de selos e/ou de lacres, com alterações nas características da instalação de entrada de água originariamente aprovadas, mesmo não provocando redução no faturamento, poderá ser cobrada multa ao responsável pela unidade usuária, mediante apuração de sua responsabilidade, cujo valor deverá ser definido pela Prestadora e aprovado pelo Ente Regulador.	§2º Constatado o rompimento ou a violação de selos e/ou de lacres, com alterações nas características da instalação de entrada de água originariamente aprovadas, mesmo não provocando redução no faturamento, poderá ser cobrada multa ao titular da matrícula, ao qual será dada oportunidade de recurso e cujo valor deverá ser definido pela Prestadora e aprovado pelo Ente Regulador, na forma do capítulo específico das "Infrações e Sanções aos Usuários".	A relação contratual é estabelecida com o titular e não com o usuário. Adequamos o artigo ao capítulo XV, que já dispõe sobre as Infrações e Sanções aos Usuários.	Acatada com alterações.
Art. 67 O usuário assegurará ao preposto da Prestadora o livre acesso ao padrão de ligação de água e ao ponto de coleta de esgoto.			
Art. 68 A verificação metrológica do hidrômetro instalado na unidade usuária deverá ser efetuada segundo critérios estabelecidos na legislação própria vigente.			
Art. 69 O usuário poderá solicitar aferição dos instrumentos de medição por parte da Prestadora, sem ônus para o mesmo, quando o resultado medido em um ciclo de faturamento demonstrar variações fora dos limites admissíveis.	Art. 69 O usuário poderá solicitar aferição dos instrumentos de medição por parte da Prestadora, sem ônus para o mesmo, excetuando-se os casos de sistemas de medição individualizada, quando o laudo técnico da aferição demonstrar que o hidrômetro apresenta variações fora dos limites admissíveis pela regulamentação vigente, em prejuízo ao mesmo.	Esclarecer melhor o artigo, evitando interpretação dúbia.	Acatada com alterações.
§1º Quando solicitado, a Prestadora deverá informar, com antecedência, a data para a realização da aferição, conforme definido na Tabela de Preços e Prazos de Serviços, para possibilitar o seu acompanhamento pelo usuário.	§1º Quando solicitado, a Prestadora deverá informar, com antecedência, o prazo para a realização da aferição, conforme definido na Tabela de Preços e Prazos de Serviços, para possibilitar o seu acompanhamento pelo usuário.	A data de realização da aferição depende de órgão externo (IBAMETRO/INMETRO).	Acatada.

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
§2º A Prestadora disponibilizará ao usuário o laudo técnico da aferição, informando, de forma compreensível e de fácil entendimento, as variações verificadas, os limites admissíveis, a conclusão final e esclarecendo quanto à possibilidade de solicitação de aferição junto ao órgão metrológico oficial.			
§3º Na hipótese de desconformidade do hidrômetro com as normas técnicas, deverá ser observado o disposto no art. 94 e seguintes.			
§4º Serão considerados em funcionamento normal os hidrômetros que atenderem à legislação metrológica pertinente.			
Art. 70 A Prestadora classificará a unidade usuária de acordo com as características físicas do imóvel e a finalidade do abastecimento, ressalvadas as exceções previstas nesta Resolução.			
Art. 71 A fim de permitir a correta classificação da unidade usuária, caberá ao interessado informar à Prestadora a natureza da atividade nela desenvolvida e a finalidade da utilização da água, bem como as alterações supervenientes que importarem em reclassificação, respondendo o usuário, na forma da lei, por declarações falsas ou omissão de informações.			
§1º Nos casos em que a reclassificação da unidade usuária implicar novo enquadramento tarifário, a Prestadora deverá realizar os ajustes necessários e emitir comunicação específica, informando as alterações decorrentes, no prazo de 30 (trinta) dias, após a constatação da classificação incorreta e antes da apresentação da primeira fatura corrigida.	§1º Nos casos em que a reclassificação da unidade usuária implicar novo enquadramento tarifário, a Prestadora deverá realizar os ajustes necessários, no prazo de 30 (trinta) dias após a nova classificação e emitir comunicação específica, informando as alterações decorrentes antes da apresentação da primeira fatura corrigida.	Melhorar o entendimento do parágrafo.	Acatada com alterações.
§2º Em casos de erro de classificação da economia por culpa exclusiva da Prestadora, o usuário deverá ser ressarcido dos valores cobrados a maior, sendo vedado à Prestadora cobrar-lhe a diferença referente a pagamentos a menor.			
§3º Em casos de erro de classificação da economia por culpa exclusiva do interessado, Prestadora deverá realizar a cobrança referente às diferenças decorrentes do novo enquadramento tarifário.			
Art. 72 A Prestadora deverá organizar e manter atualizado o cadastro relativo às unidades usuárias no qual conste, obrigatoriamente, para cada uma delas, as seguintes informações:			
I - identificação do usuário:			
a) nome completo;			
b) número e órgão expedidor da Carteira de Identidade ou de outro documento de identificação equivalente, válido em todo território nacional (Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Conselhos Profissionais, Cédula de identidade de estrangeiro);	b) número e órgão expedidor da Carteira de Identidade ou de outro documento de identificação equivalente com foto, válido em todo território nacional (Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Conselhos Profissionais, Cédula de identidade de estrangeiro);	Evitar cadastros por pessoas diversas.	
c) número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou no Cadastro de Pessoa Física - CPF, do Ministério da Fazenda;			
II - matrícula da ligação do imóvel;			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
III - endereço da unidade usuária, incluindo o nome do município;			
IV - código referente à tarifa e/ou à categoria aplicável;			
V - número de economias por categorias/subcategoria;			
VI - data de início da prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário;			
VII - vínculo com o imóvel, tais como propriedade, posse do imóvel ou locação;			
VIII - histórico de leituras e de faturamento referentes aos últimos 60 (sessenta) ciclos consecutivos e completos; e			
IX - numeração do lacre do hidrômetro, do selo correspondente e suas respectivas atualizações.			
Art. 73 As economias atendidas com serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário serão classificadas nas seguintes categorias:			
I - residencial: economia em que se estabeleça exclusivamente moradia, devendo ser incluídos nesta categoria o abastecimento de água e/ou o esgotamento sanitário para instalações de uso comum de prédio ou conjunto de edificações;			
II - comercial, serviços e outras atividades: economia em que seja exercida atividade incluída na classificação de comércio e serviços estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ;			
III - industrial: economia em que sejam exercidas atividades incluídas na classificação de indústria estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;			
IV - pública: economias em que sejam exercidas atividades da administração pública direta e indireta das esferas federal, estadual e municipal, que não exerçam atividades econômicas.			
§1º Todos os imóveis com ligação temporária serão classificados na categoria comercial;			
§2º Ficam incluídas na categoria industrial, entretanto, as obras em construção, nos seguintes casos:			
a) construções a partir de 5 (cinco) economias ou edificações a partir de 1 economia, não residencial, que tenham área construída igual ou superior a 100 m ² (cem metros quadrados);			
b) conjuntos habitacionais, loteamentos e condomínios.			
§3º Depois de concluídas as obras, o imóvel deverá ser recadastrado conforme a categoria de uso da economia, cabendo ao usuário promover a devida comunicação.			
§4º Ficam incluídas na categoria comercial, serviços e outras atividades, as associações esportivas, recreativas, sociais, estabelecimentos hospitalares, de educação, órgãos de comunicação, templos, sindicatos e congêneres, bem como qualquer outra economia que não se enquadre nas demais categorias, inclusive indústrias que não utilizem, predominantemente, a água em seu processo produtivo.			
§5º Quando for exercida mais de uma atividade na mesma unidade usuária com economias de categorias diferentes, o consumo de água e o volume de esgoto serão devidamente ponderados proporcionalmente à participação de cada categoria.			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
§6º A unidade usuária com finalidade de guaritas, alojamentos e jardins terão as categorias definidas de acordo com a finalidade do estabelecimento principal, ainda que administrada por terceiros.			
§7º Apart-hotel e flat terão as categorias definidas de acordo com o classificado pela Prefeitura para fins de IPTU.			
Art. 74 O procedimento de religação consiste no restabelecimento, pela Prestadora, dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário.			
Art. 75 Cessados os motivos da interrupção e/ou pagos os débitos, multas e acréscimos incidentes, a Prestadora restabelecerá o abastecimento de água e/ou o esgotamento sanitário nos prazos estabelecidos, em conformidade com o Ente Regulador.			
Art. 76 A Prestadora poderá implantar procedimento de religação de urgência, com prazo especial de execução estabelecido em conformidade com o Ente Regulador.			
Art. 77 Para os fins de determinação do consumo de água, as ligações serão classificadas em medidas e não medidas.			
Art. 78 Para as ligações medidas, o volume consumido será o apurado por leitura em hidrômetro, obtido pela diferença entre a leitura atual realizada e a do ciclo anterior.			
§1º Não sendo possível a realização da leitura em determinado período, em decorrência de impedimento comprovado ou nos casos fortuitos e de força maior, a apuração do volume consumido será feita:			
I - com base na média aritmética dos consumos faturados no período dos últimos 12 (doze) meses consecutivos, com o mínimo de 04 (quatro) consumos reais.			
II - para ligações medidas com menos de doze meses, com base na média aritmética dos consumos reais existentes no período.			
§2º O procedimento do parágrafo anterior somente poderá ser aplicado por 3 (três) ciclos consecutivos e completos de faturamento.	§2º O procedimento do parágrafo anterior, quando de responsabilidade da Prestadora, somente poderá ser aplicado por 3 (três) ciclos consecutivos e completos de faturamento. Quando de responsabilidade do usuário, o faturamento será efetuado com base no valor correspondente ao consumo médio enquanto perdurar o problema.	Definição do procedimento de acordo com a responsabilidade das partes, de ocorrência frequente nos casos de sistemas por medição individualizada.	Acatada com alterações.
§3º A Prestadora deverá comunicar ao usuário, por escrito, a necessidade de desimpedir o acesso ao hidrômetro, caso seja de sua responsabilidade a obstrução.			
§4º Após o 3º (terceiro) ciclo consecutivo de faturamento efetuado pela média aritmética de responsabilidade da Prestadora, o faturamento deverá ser efetuado com base no valor correspondente ao consumo mínimo, sem a possibilidade de promover futura compensação até que seja sanado o motivo que ocasionou a impossibilidade.			
§5º Caso se verifique que o consumo medido no período é menor do que o consumo faturado, a Prestadora deverá proceder à devolução em dobro do valor cobrado a maior.	§5º Excetuando-se os casos de consumo abaixo de 10m ³ (consumo mínimo), quando verificado que o consumo medido em determinado período é menor do que o consumo faturado, ocorrido o pagamento da fatura, a Prestadora deverá proceder à devolução dos valores cobrados a maior, atualizados monetariamente.	Melhorar o entendimento deixando claro a exceção dos casos de faturamento na faixa de consumo mínimo e aplicar a reciprocidade de procedimento quanto a valores cobrados a menor ou a maior.	Acatada com alterações. A cobrança em dobro decorre de disposição expressa de Lei (CDC).

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
§6º No faturamento subsequente à remoção do impedimento, deverão ser feitos os acertos relativos ao faturamento do período em que o hidrômetro não foi lido.			
Art. 79 A Prestadora efetuará as leituras, bem como os faturamentos, em intervalos de aproximadamente 30 (trinta) dias, observados o mínimo de 28 (vinte e oito) e o máximo de 32 (trinta e dois) dias, de acordo com o calendário, situações especiais e cronogramas de atividades, apresentados e aprovados pelo Ente Regulador.			
§1º A Prestadora poderá ajustar a data, a leitura e o consumo para (30) trinta dias.			
§2º O faturamento inicial deverá corresponder a um período não inferior a 5 (cinco) dias nem superior a 35 (trinta e cinco) dias.			
§3º Havendo necessidade de remanejamento de rota ou de reprogramação do calendário, excepcionalmente, as leituras poderão ser realizadas em intervalos de no mínimo 5 (cinco) dias e no máximo 35 (trinta e cinco) dias, devendo a Prestadora comunicar por escrito aos usuários, com antecedência mínima de um ciclo completo de faturamento.			
§4º No pedido de desligamento, quando houver impedimento de leitura, o consumo final poderá ser estimado com base na média mensal dos últimos 12 (doze) ciclos de faturamento, proporcionalmente ao número de dias decorridos do ciclo compreendido entre a data da leitura anterior e a do pedido de desligamento.			
§5º A Prestadora deverá informar na conta/fatura a data prevista para a realização da próxima leitura.			
§6º A Prestadora deverá organizar e manter atualizado o calendário das respectivas datas fixadas para a leitura dos hidrômetros, apresentação e vencimento da fatura.			
Art. 80 As leituras poderão ser efetuadas em intervalos de até 3 (três) ciclos consecutivos, de acordo com calendário próprio, nos seguintes casos:			
I - em localidades com até 1.000 (mil) ligações;			
II - em unidades com consumo de água médio mensal igual ou inferior a 10 (dez) metros cúbicos; e			
III - para as faturas de outros serviços com valores inferiores ao mínimo estabelecido para o faturamento, caso em que este somente se efetuará quando a soma de valores das parcelas atingir um valor predeterminado.			
§1º Quando for adotado intervalo plurimensal de leitura, o usuário poderá fornecer sua leitura mensal, respeitadas as datas fixadas pela Prestadora.			
§2º A adoção de intervalo de leitura plurimensal deve ser precedida de divulgação aos usuários, a fim de permitir o conhecimento do processo utilizado e os objetivos pretendidos com a medida.			
Art. 81 Para as ligações não medidas será cobrada a tarifa mínima de água e o correspondente percentual de esgotamento sanitário de acordo com o número de economias existentes.			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
Art. 82 Em agrupamentos de imóveis ou em imóveis com mais de uma economia, dotados de um único medidor, o consumo de cada economia será apurado pelo quociente resultante da divisão entre o consumo medido e o número de economias.			
Parágrafo único. Nas hipóteses previstas neste artigo, havendo também medições individualizadas, a diferença positiva apurada entre o consumo global e o somatório dos consumos individuais será rateada entre as economias.			
Art. 83 A determinação do volume de esgoto incidirá somente sobre os imóveis servidos por redes públicas de esgotamento sanitário e terá como base o consumo de água, cujos critérios para a sua estimativa devem considerar:			
I - o abastecimento pela Prestadora;			
II - o abastecimento próprio de água por parte do usuário; e			
III - a utilização de água em processos produtivos e operacionais sem destinação dos efluentes à rede pública de esgotamento sanitário, caso em que devem ser instalados hidrômetros específicos para determinação do volume efetivamente utilizado no processo produtivo.			
Parágrafo único. Os critérios de medição ou estimativa para determinação do volume de esgoto faturado serão propostos pela Prestadora e homologados pelo Ente Regulador.			
Art. 84 As tarifas relativas ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e a outros serviços realizados serão cobradas por meio de faturas emitidas pela Prestadora e devidas pelo usuário, com a fixação de datas para os seus vencimentos.			
§1º As faturas serão apresentadas ao usuário, em intervalos regulares, de acordo com o calendário de faturamento elaborado pela Prestadora.			
§2º A Prestadora deverá orientar o usuário quanto ao calendário de leitura e entrega de fatura.			
§3º A Prestadora emitirá segunda via da fatura, sem ônus para o usuário, nos casos de problemas na emissão e no envio da via original ou, ainda, de incorreções no faturamento.			
§4º São isentos do faturamento e da cobrança da tarifa de esgoto somente os imóveis desabitados, demolidos ou em ruína, as construções paradas e os terrenos, situações em que a ligação de água esteja fora de uso.			
Art. 85 Quando houver consumo atípico, superior aos limites estabelecidos, a Prestadora deverá emitir a fatura no valor correspondente ao consumo apurado no período e alertará o usuário sobre o fato, instruindo-o para que verifique as instalações internas da unidade usuária e/ou evite desperdícios.			
Art. 86 A entrega da fatura deverá ser efetuada até a data fixada para sua apresentação, prioritariamente no endereço da unidade usuária, exceto para as contas que ficarem retidas para análise.			
§1º Os prazos mínimos para vencimento das faturas, contados da data da respectiva apresentação, serão os seguintes:			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
I - 5 (cinco) dias úteis para as unidades usuárias de todas as categorias, ressalvada a mencionada no inciso II;			
II - 10 (dez) dias úteis para a categoria pública; e			
III - 5 (cinco) dias úteis nos casos de desligamento a pedido do usuário, exceto para as unidades usuárias a que se refere o inciso anterior.			
§2º Na contagem do prazo exclui-se o dia da apresentação e inclui-se o do vencimento, os quais não poderão ser afetados por discussões entre as partes.			
Art. 87 A fatura deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:			
I - nome do usuário;			
II - número de matrícula;			
III - classificação da unidade usuária;			
IV - endereço da unidade usuária;			
V - número do hidrômetro;			
VI - leituras anterior e atual do hidrômetro;			
VII - datas da leitura anterior e da atual;			
VIII - mês e ano de referência e datas da emissão e de vencimento da fatura;			
IX - consumo de água do mês correspondente à fatura;			
X - histórico do volume consumido nos últimos 6 (seis) meses e média atualizada;			
XI - discriminação dos serviços prestados, com os respectivos valores;			
XII - descrição dos tributos incidentes sobre o faturamento;			
XIII - multa e mora por atraso(s) de pagamento(s);			
XIV - valor total a pagar;			
XV - números dos telefones das Ouvidorias e endereços eletrônicos da Prestadora e do Ente Regulador;			
XVI - informações sobre o controle da qualidade da água distribuída;			
XVII - indicação da existência de parcelamento pactuado com a Prestadora;			
XVIII - indicação de faturas vencidas e não pagas até aquela data; e			
XIX - itens e custos dos serviços definidos pela entidade de regulação, de forma a permitir o seu controle direto pelo usuário final.			
Parágrafo único. A entidade reguladora instituirá modelo de fatura para a efetivação do previsto no caput e seus incisos.			
Art. 88 Além das informações relacionadas no art. 87, fica facultado à Prestadora incluir na fatura campanhas de educação ambiental e sanitária, veiculação de propagandas comerciais, bem como outras informações julgadas pertinentes, desde que não interfiram nas informações obrigatórias, vedadas, em qualquer hipótese, mensagens de conteúdo político-partidário.			
Art. 89 A Prestadora deverá oferecer, no mínimo, 6 (seis) datas de vencimento da fatura para escolha do usuário, distribuídas uniformemente em intervalos regulares ao longo do mês.			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
Art. 90 Nas unidades usuárias ligadas clandestinamente às redes públicas, as tarifas de água e/ou de esgoto serão aplicadas e cobradas desde a data em que a Prestadora iniciou a operação no logradouro onde está situado o imóvel ou a partir da data da expedição do alvará de construção, quando não puder ser verificada a época da realização da ligação à rede pública, limitada ao período máximo de 12 (doze) meses.			
Parágrafo único. A Prestadora poderá proceder às medidas judiciais cabíveis para a liquidação e execução do débito decorrente da situação descrita no caput deste artigo, podendo condicionar a ligação do serviço para a unidade usuária ao pagamento integral do débito, ressalvando-se quando o usuário comprovar efetivamente o tempo em que é o responsável pela unidade usuária, eximindo-se total ou parcialmente do débito.			
Art. 91 A fatura poderá ser cancelada ou alterada a pedido do interessado ou por iniciativa da Prestadora, nos seguintes casos:	Art. 91 A fatura poderá ser cancelada ou alterada a pedido do Titular ou por iniciativa da Prestadora, nos seguintes casos:	A relação contratual é estabelecida com o titular e não com o usuário.	Acatada com alterações.
I - erro de faturamento, ocasionado pela Prestadora em imóveis:			
a) desocupados;			
b) demolidos e/ou em estado de desabamento;			
c) com fusão de ligações e/ou economias;	c) com unificação de ligações e/ou economias;	Deixar mais fácil o entendimento.	Acatada.
d) com ocorrência de incêndio;			
e) com interrupção da prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário.			
II - falta de abastecimento por período superior a 15 (quinze) dias contínuos ou 25 (vinte e cinco) dias alternados e o consumo não ultrapassar 50% do mínimo estabelecido por economia/mês.			
Parágrafo único. O cancelamento ou a alteração da fatura vigorará a partir da data do pedido do usuário, devidamente comprovado ou, quando a iniciativa for da Prestadora, de sua anotação no cadastro do prestador de serviços, não tendo efeito retroativo.			
Art. 92 A Prestadora poderá parcelar os débitos existentes, segundo critérios estabelecidos em normas internas.			
Art. 93 A fatura mínima por economia será equivalente ao valor fixado na Tabela Tarifária da Prestadora, aprovada pelo Ente Regulador, de acordo com a categoria da unidade usuária.			
Art. 94 Caso a Prestadora tenha faturado valores incorretos ou não tenha efetuado qualquer faturamento, por motivo de sua responsabilidade, deverá observar os seguintes procedimentos:			
I - nos casos de faturamento a menor, não poderá efetuar cobrança complementar.			
II - nos casos de faturamento a maior, providenciar a devolução ao usuário das quantias recebidas indevidamente, correspondentes ao período faturado incorretamente, observado o prazo de prescrição de 5 (cinco) anos estabelecido no art. 27 da Lei nº 8.078, de 11/09/1990.			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
Parágrafo único. No caso do inciso II, a devolução deverá ser efetuada, por opção declarada do usuário, ou por meio de compensação nas faturas subsequentes ou em moeda corrente, até o primeiro faturamento posterior à constatação da cobrança a maior, conforme art. 95.	Parágrafo único. No caso do inciso II, a devolução deverá ser efetuada, por opção declarada do usuário, ou por meio de compensação nas faturas subsequentes ou em moeda corrente, no primeiro ciclo de faturamento posterior à constatação e confirmação da cobrança a maior, conforme art. 95.	É necessária a confirmação do recebimento dos valores pagos junto às instituições financeiras e tempo hábil para efetuar a devolução de forma segura.	Rejeitada. O verbete constatação já implica a confirmação. O prazo não deve ser "no" faturamento mas "até" este, pois o usuário deverá poder optar pela compensação (que se dará na própria fatura) ou pela devolução em dinheiro, o que terá que acontecer antes do próprio faturamento. Isto ocorre normalmente com outras empresas que prestam serviço público como telefonia.
Art. 95 Para o cálculo das diferenças a cobrar ou a devolver, exceto nos casos de pagamentos em duplicidade, as tarifas deverão ser aplicadas de acordo com os seguintes critérios:			
I - quando houver diferenças a cobrar por motivo de responsabilidade do usuário: tarifas em vigor no período correspondente às diferenças constatadas, acrescidas de juros e atualização monetária, conforme critérios definidos no art. 98;	I - quando houver diferenças a cobrar por motivo de responsabilidade do usuário: tarifas em vigor no período correspondente às diferenças constatadas, atualizadas monetariamente conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e acrescidas de juros de mora por dia de atraso após o vencimento dos prazos definidos para pagamento conforme critérios definidos no art. 98;	As cobranças e devoluções deverão ser sempre atualizadas monetariamente e aplicação de juros de mora somente quando findos os prazos limites estabelecidos para realização do pagamento.	Acatada.
II - quando houver diferenças a devolver: tarifas em vigor no período correspondente acrescidas de juros e atualização monetária conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC); e	II - quando houver diferenças a devolver: tarifas em vigor no período correspondente às diferenças constatadas, atualizadas monetariamente conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e acrescidas de juros de mora por dia de atraso após o vencimento dos prazos definidos para pagamento conforme critérios definidos no art. 98; e	As cobranças e devoluções deverão ser sempre atualizadas monetariamente e aplicação de juros de mora somente quando findos os prazos limites estabelecidos para realização do pagamento.	Acatada com alterações.
III - as diferenças a cobrar ou a devolver devem ser apuradas mês a mês, de acordo com os padrões estabelecidos na estrutura de faturamento da Prestadora.			
Art. 96 Nos casos em que houver diferença a cobrar ou a devolver, a Prestadora deverá disponibilizar a informação ao usuário, quando solicitado, quanto:			
I - à irregularidade constatada;			
II - à memória descritiva dos cálculos do valor apurado;			
III - aos critérios adotados na revisão dos faturamentos;			
IV - ao direito de recurso previsto no §1º deste artigo; e			
V - à tarifa utilizada.			
§1º Caso haja discordância em relação à cobrança ou aos respectivos valores, o usuário poderá apresentar recurso junto à Prestadora, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da comunicação.			
§2º A Prestadora deliberará no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento do recurso, o qual, se indeferido, deverá ser comunicado ao usuário, por escrito.			
Art. 97 A Prestadora efetuará a cobrança dos seguintes serviços, desde que solicitados pelo usuário:			
I - ligação de unidade usuária;			
II - aferição de hidrômetro, exceto os casos previstos nos arts. 68 e 69;			
III - religação de unidade usuária;			
IV - religação de urgência;			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
V - emissão de segunda via de fatura, a pedido do usuário;			
VI - ligação intradomiciliar de esgoto;			
VII - remanejamento de rede coletora ou ramal condominial; e			
VIII - outros serviços disponibilizados pela Prestadora, devidamente aprovados pelo Ente Regulador.			
§1º Não será cobrada a primeira vistoria realizada para pedido de ligação de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário.			
§2º A cobrança dos serviços previstos neste artigo só poderá ser feita em contrapartida ao serviço efetivamente realizado pela Prestadora.			
§3º A cobrança de qualquer serviço obrigará a Prestadora a implantá-lo em toda a sua área de concessão, para todos os usuários, ressalvado o serviço de religação de urgência.			
§4º A Prestadora deverá manter, por período mínimo de 60 (sessenta) meses, os registros do valor cobrado, do horário e da data da solicitação e da execução dos serviços, exceto no caso de emissão de segunda via de fatura.			
§5º A Prestadora manterá Tabela de Preços e Prazos de Serviços, homologados pelo Ente Regulador e disponibilizados aos interessados, discriminando os serviços mencionados nesta Resolução e outros que julgar necessário.			
Art. 98 As faturas não quitadas até a data do seu vencimento, bem como as devoluções mencionadas no art. 95 sofrerão acréscimo de juros de mora por dia de atraso, sem prejuízo da aplicação de multa e atualização monetária conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com a legislação vigente.	Art. 98 As faturas não quitadas até a data do seu vencimento sofrerão acréscimo de juros de mora por dia de atraso, sem prejuízo da aplicação de multa e atualização monetária conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com a legislação vigente.	As devoluções já estão detalhadas no artigo 95.	Acatada.
Parágrafo único. O pagamento de uma fatura não implica na quitação de eventuais débitos anteriores.			
Art. 99 Tendo ocorrido o pagamento da fatura, o usuário poderá reclamar a devolução dos valores considerados como indevidos.			
Art. 100 Os valores pagos em duplicidade pelos usuários, após identificação, análise e comprovação junto ao agente arrecadador, deverão ser devolvidos automaticamente nos faturamentos seguintes, em forma de crédito, quando não houver solicitação em contrário.			
Art. 101 Constitui infração a prática decorrente da ação ou omissão do usuário, relativa a qualquer dos seguintes fatos:			
I - intervenção nas instalações dos serviços públicos de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, salvo casos autorizados pela Prestadora;			
II - violação ou retirada de lacre, hidrômetro ou limitador de consumo;			
III - interconexão de instalação predial de água com tubulações alimentadas com água não procedente do abastecimento público;			
IV - utilização de tubulação de uma instalação predial de água para abastecimento de outro imóvel ou economia, mesmo que seja de propriedade do usuário;			
V - uso de dispositivos intercalados no ramal predial que prejudiquem o abastecimento público de água;			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
VI - lançamento de águas pluviais na rede coletora de esgoto;			
VII - lançamento de águas residuárias na rede coletora de esgoto, que por suas características, exijam tratamento prévio;			
VIII - obstrução da rede coletora de esgoto por mau uso do sistema, como por exemplo, lançamento de gordura ou resíduos sólidos;			
IX - lançamentos de óleos e graxas e de resíduos sólidos na rede coletora de esgoto;			
X - impedimento injustificado da realização de inspeção ou fiscalização por prepostos da Prestadora;			
XI - adulteração de documentos da Prestadora, pelo usuário ou, ainda, por terceiros, em seu benefício;			
XII - instalação de dispositivos que interfiram na operação do sistema ou na medição do consumo, mesmo que instalados após o ponto de entrega; e			
XIII - descumprimento de qualquer outra exigência técnica estabelecida em lei ou nesta Resolução.			
§1º Poderão ser objeto de registro de ocorrência policial e de ação judicial as infrações cometidas pelos usuários que, ainda, estarão sujeitos à suspensão do fornecimento de água.			
§2º A multa será fixada em conformidade com os parâmetros propostos pela Prestadora e aprovados pelo Ente Regulador.			
Art. 103 É assegurado ao infrator o direito de recorrer à Prestadora, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do dia subsequente ao do recebimento do auto de infração.			
§1º Da decisão cabe recurso ao Ente Regulador no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da decisão da Prestadora.			
§2º Durante a apreciação do recurso pela Prestadora ou pelo Ente Regulador, não haverá suspensão da prestação do serviço em função da matéria sob apreciação.			
Art. 104 Comprovado qualquer caso de prática irregular, revenda ou abastecimento de água a terceiros, ligação clandestina, religação à revelia, deficiência técnica e/ou de segurança e de danos causados nas instalações da Prestadora, caberá ao usuário a responsabilidade pelos prejuízos causados e demais custos administrativos, sem prejuízo de outras sanções legais previstas.			
Art. 105 A Prestadora assegurará pressão dinâmica mínima de 10 mca (dez metros de coluna de água) e pressão estática máxima de 50 mca (cinquenta metros de coluna de água), referidos ao nível do eixo da respectiva via pública, em qualquer ponto da rede de distribuição de água, conforme disposição da NBR 12218 da ABNT.	Excluir o artigo 105.	Nota Técnica. (LINK)	Rejeitada. É preciso haver um parâmetro para controle e fiscalização. As exceções a própria norma já contempla.
§1º Os valores da pressão estática poderão ser superiores à máxima e da pressão dinâmica, inferiores à mínima, desde que haja justificativa técnica e econômica pela Prestadora.			Rejeitada. É preciso haver um parâmetro para controle e fiscalização. As exceções a própria norma já contempla.

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
§2º A redução temporária da pressão dinâmica mínima prevista no caput deste artigo, em razão de obras de reparação, manutenção ou interconexão de novas redes por parte da Prestadora, exige desta a emissão de aviso prévio aos usuários e ao Ente Regulador, nos termos do art. 106, exceto nos casos dos serviços emergenciais.			Rejeitada. É preciso haver um parâmetro para controle e fiscalização. As exceções a própria norma já contempla.
Art. 106 A prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário deve obedecer ao princípio da continuidade, podendo ser interrompida pela Prestadora nas hipóteses de emergência ou após prévio aviso, em especial:			
I - situações que atinjam a segurança de pessoas e bens e as que coloquem em risco a saúde da população ou de trabalhadores dos serviços;			
II - manipulação indevida, por parte do usuário, da ligação predial, inclusive medidor ou qualquer outro componente da rede pública, comprovada a culpa do usuário; ou			
III - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias nos sistemas;			
§1º Os serviços de abastecimento de água, além das hipóteses previstas no caput, poderão ser interrompidos pela Prestadora, após aviso ao usuário, com comprovação do recebimento e antecedência mínima de trinta dias da data prevista para a suspensão, nos seguintes casos:			
I - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida;			
II - inadimplemento pelo usuário do pagamento devido pela prestação de serviços;			
III - encerramento do período de utilização contratado, no caso de ligações temporárias.			
§2º As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários com a antecedência mínima de quarenta e oito horas;			
§3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda, beneficiário de tarifa social, deverá obedecer a prazos e critérios que preservem, minimamente, o atendimento de suas necessidades.			
Art. 107 Os ramais prediais de água e/ou esgoto poderão ser desligados das redes públicas respectivas:			
I - por interesse do usuário, mediante pedido, observado o cumprimento das obrigações previstas em contratos e a legislação pertinente;			
II - por ação da Prestadora nos seguintes casos:			
a) interrupção da ligação por mais de 60 (sessenta) dias, nos casos previstos do art. 106;			
b) desapropriação do imóvel;			
c) fusão de ramais prediais; e			
d) lançamento na rede de esgotos de despejos que exijam tratamento prévio.			
§1º No caso de supressão do ramal de esgoto não residencial, por pedido do usuário, este deverá vir acompanhado da concordância dos órgãos de saúde pública e do meio ambiente.			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
§2º Nos casos de desligamento de ramais, a unidade usuária deverá permanecer cadastrada na Prestadora.			
§3º O término da relação contratual entre a Prestadora e o usuário somente será efetivado após o desligamento dos ramais prediais de água e de esgoto.			
§4º Correrão por conta do usuário atingido com o desligamento da rede as despesas com o restabelecimento dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário.			
Art. 108 O serviço de abastecimento de água poderá ser descontinuado em casos fortuitos ou de força maior.			
§1º Ocorrendo redução da produção a níveis não compatíveis à demanda para o abastecimento de água, por motivos alheios à vontade da Prestadora, esta poderá estabelecer planos de racionalização e/ ou intermitência para reduzir as consequências de falta de água, ao mínimo;			
§2º Nos casos de estiagem prolongada que ensejarem declaração de situação de emergência ou de calamidade pública, a Prestadora poderá estabelecer planos de racionamento, reclassificar usuários, contemplar prioritariamente aqueles com atividades relevantes às comunidades e determinar penalidade aos infratores, inclusive com a suspensão do abastecimento.	§2º Nos casos de estiagem prolongada que ensejarem declaração de situação de emergência ou de calamidade pública, a Prestadora poderá estabelecer planos de racionamento, aplicar tarifas diferenciadas, reclassificar usuários, contemplar prioritariamente aqueles com atividades relevantes às comunidades e determinar penalidade aos infratores, inclusive com a suspensão do abastecimento.		Acatada com alterações.
	Seção xxx Da Ausência de Relação de Consumo, Contrato ou Outorga para fornecimento de água e /ou serviços de esgotamento sanitário e situações de emergência		Seção acatada com alterações.
	Art. xxx A PRESTADORA deve interromper a prestação dos serviços, de forma imediata, quando for constatada deficiência técnica ou de segurança nas instalações da unidade usuária, previstas no artigo 106 e seus incisos e nos casos de existência de ligação clandestina que permita a utilização dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, sem que haja relação de consumo.		
	Parágrafo único. Quando por responsabilidade exclusiva do usuário inexistir contrato vigente, a PRESTADORA deve efetuar a suspensão do fornecimento, observadas as condições estabelecidas no artigo 104 desta resolução.		
	Art. xxx Quando constatado o abastecimento de água a terceiros por aquele que não possua outorga estadual para a prestação dos serviços, a PRESTADORA deve interromper, de forma imediata, as interligações correspondentes, ou, havendo impossibilidade técnica, suspender o fornecimento.		
	Seção xxx* Da Suspensão Precedida de Notificação		
	Art. xxx Faculta-se à PRESTADORA suspender a prestação dos serviços por razões de ordem técnica ou de segurança na unidade consumidora, precedida da notificação prevista no § 1º do art. 40 da Lei Federal 11.445/2017, nos casos descritos no artigo 106 desta resolução.		

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
	Parágrafo único. A notificação de que trata o caput deste artigo deve ser escrita, específica e com entrega comprovada ou, alternativamente, impressa em destaque na própria fatura.		
	Art. Xxx* A suspensão dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, precedida da notificação conforme prevista no art. 40 da Lei Federal 11.445/2017, ocorre pelo:		
	I - não pagamento da fatura relativa à prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário;		
	II - não pagamento de serviços cobráveis, previstos no artigo 97 desta resolução;		
	III - descumprimento das obrigações constantes dos artigos 41, 120 e 121 desta resolução;		
	IV - não pagamento de prejuízos causados nas instalações da PRESTADORA, cuja responsabilidade tenha sido imputada ao usuário, desde que vinculados à prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário;		
	§ 1º Na hipótese dos incisos I e II, a apresentação da quitação do débito à equipe responsável, no momento precedente à suspensão do fornecimento, obsta sua efetivação, ainda que se trate de quitação intempestiva, ressalvada, nesta hipótese, a cobrança do usuário pelos serviços correspondentes à visita técnica e/ou pesquisa de vazamento.		
	§ 2º Para as unidades consumidoras classificadas nas Subcategorias Social e Filantrópicas deve ocorrer com intervalo mínimo de 30 (trinta) dias entre a data de vencimento da fatura e a data da suspensão do fornecimento.		
	§ 3º Após a notificação de que trata o caput e, caso não se efetue a suspensão dos serviços, a PRESTADORA deve incluir em destaque nas faturas subsequentes, a informação sobre a existência de obrigações pendentes e a possibilidade da suspensão do abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, em decorrência do não cumprimento dessas obrigações.		
	§ 4º A PRESTADORA deve adotar o horário de 08:00h às 17:30 h, em dias úteis, para a execução da suspensão do fornecimento da unidade usuária dos serviços.		
	Seção xxx Da Notificação		
	Art. xxx Para a notificação de suspensão dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário à unidade usuária, conforme previsto na seção xxx* deste Capítulo, a PRESTADORA deve observar as seguintes condições:		
	I - a notificação seja escrita, específica e com entrega comprovada ou, alternativamente, impressa em destaque na própria fatura, com antecedência mínima de:		
	a) 3 (três) dias, por razões de ordem técnica ou de segurança; ou		

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
	b) 30 (trinta) dias, nos casos de inadimplemento.		
	II - para encerramento das relações contratuais a informação do prazo em que a mesma se dará, conforme disposto no art. 116 e seus incisos; e		
	§ 1º A notificação a consumidor que preste serviço público e cuja atividade sofra prejuízo, deve ser feita ao Poder Público local ou ao Poder Executivo Estadual/Distrital, de forma escrita, específica e com entrega comprovada.		
	§ 2º A notificação ao titular de unidade usuária, devidamente cadastrada junto à PRESTADORA, onde existam pessoas usuárias de equipamentos de autonomia limitada, vitais à preservação da vida humana e dependentes dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, deve ser feita de forma escrita, específica e com entrega comprovada.		
	§ 3º Na suspensão imediata do fornecimento, motivada pela caracterização de situação emergencial, a distribuidora deve notificar o consumidor a respeito do disposto nos incisos I e III do art 106 desta resolução, de forma escrita, específica e com entrega comprovada ou através de publicação nos meios de comunicação.		
	Seção xxx Da Suspensão Indevida		
	Art. xxx A suspensão do fornecimento é considerada indevida quando o pagamento da fatura for realizado até a data limite prevista na notificação para suspensão do fornecimento, ou, ainda, quando a suspensão for efetuada sem observar o disposto nesta Resolução.		
	Parágrafo único. Constatada a suspensão indevida dos serviços, a PRESTADORA fica obrigada a efetuar a religação da unidade usuária, sem ônus para o titular, em até 6 (horas) horas da constatação, independentemente do momento em que esta ocorra.		
	Seção xxx Da Religação à Revelia		
	Art. xxx A religação da unidade consumidora à revelia da PRESTADORA enseja nova suspensão do fornecimento de forma imediata, assim como a possibilidade de cobrança do custo administrativo de inspeção, conforme valores homologados pela AGERSA, e o faturamento de eventuais valores registrados e demais cobranças previstas nessa Resolução.		
	§ 1º A cobrança do custo administrativo de que trata o caput se dá com a comprovação da ocorrência mediante a emissão de formulário próprio da PRESTADORA, devendo constar no mínimo as seguintes informações:		
	I - identificação do consumidor;		
	II - endereço da unidade consumidora;		
	III - código de identificação da unidade consumidora;		
	IV - identificação e leitura do medidor;		
	V - data e hora da constatação da ocorrência; e		
	VI - identificação e assinatura do funcionário da PRESTADORA.		

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
	§ 2º O formulário deve ser emitido em no mínimo 2 (duas) vias, devendo uma via ser entregue ao usuário.		
	Seção xxx Da Religação da Unidade Usuária dos Serviços		
	Art. xxx Os prazos para religação de Unidades usuárias que tiveram seu abastecimento interrompido, uma vez cessada os motivos que originaram a suspensão encontram-se definidos na Tabela de Preços e Prazos dos Serviços que integra esse regulamento e devem ser atendidos pela PRESTADORA.		
	§ 1º A contagem do prazo para a efetivação da religação deve ser:		
	I – para religação normal: a) a partir da comunicação de pagamento pelo usuário titular, obrigando-se o mesmo a comprovar a quitação dos débitos no momento da religação; ou b) a partir da baixa do débito no sistema da PRESTADORA.		
	II – para religação de urgência, a partir da solicitação, obrigando-se o usuário titular a comprovar a quitação dos débitos no momento da religação.		
	§ 2º Para a execução da religação de unidade usuária, a PRESTADORA deve adotar, no mínimo, o horário previsto no § 4º do Art. Xxx*;"		
	§ 3º A contagem dos prazos para religação se inicia com a comunicação de pagamento, compensação do débito no sistema da distribuidora ou com a solicitação para a religação quando estas ocorrerem em dias úteis, entre 8:00h e 16:00h;		
	§ 4º Quando a comunicação de pagamento, compensação do débito no sistema da distribuidora ou a solicitação para a religação ocorrerem após as 16h ou em dia não útil, o início da contagem dos prazos se dá a partir das 8:00h da manhã do dia útil subsequente;		
	§ 5º Quando da comunicação de pagamento ou da solicitação para a religação, a PRESTADORA deve informar ao usuário interessado os valores, prazos para execução do serviço, assim como o período do dia em que são realizados os serviços relativos à religação normal e de urgência.		
Art. 109 A Prestadora deverá atender às solicitações e às reclamações das atividades de rotinas recebidas, de acordo com os prazos e condições estabelecidas na tabela de preços e prazos de serviços da Prestadora, aprovada pelo Ente Regulador.	A partir do artigo ao lado, renumerar.		
Art. 110 A Prestadora deverá dispor de estrutura de atendimento própria ou contratada com terceiros, adequada às necessidades de seu mercado, acessível a todos os seus usuários e que possibilite, de forma integrada e organizada, o atendimento de suas solicitações e reclamações.			
§1º Por estrutura adequada entende-se aquela que possibilite ao usuário ter acesso a todos os serviços disponíveis e ser atendido em todas suas solicitações e reclamações.			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
§2º A Prestadora deverá dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato, a pessoas portadoras de necessidades especiais, idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, gestantes, lactantes e às pessoas acompanhadas por crianças de colo, nos termos da Lei Federal 10.048, de 08/11/2000.			
Art. 111 A Prestadora deverá dispor de sistema para atendimento aos usuários por telefone durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, devendo a solicitação ou a reclamação apresentada ser convenientemente registrada e numerada.			
§1º Os usuários terão à sua disposição, nos escritórios e locais de atendimento, em local de fácil visualização e acesso, exemplares desta Resolução, para conhecimento ou consulta.			
§2º A Prestadora deverá manter em todos os postos de atendimento, em local de fácil visualização e acesso, formulário próprio para possibilitar a manifestação por escrito dos usuários, devendo, para o caso de solicitações ou reclamações, observar os prazos e condições estabelecidas na Tabela de Preços e Prazos de Serviços da Prestadora, aprovada pelo Ente Regulador.			
Art. 112 A Prestadora deverá comunicar ao usuário, no prazo estabelecido na Tabela de Preços e Prazos de Serviços quais as providências adotadas quanto às suas solicitações e reclamações.			
§1º Sempre que o atendimento não puder ser efetuado de imediato, a Prestadora deverá informar o respectivo número do protocolo quando da formulação da solicitação ou reclamação.			
§2º A Prestadora deverá manter registro atualizado das reclamações e solicitações dos usuários, com anotação da data e do motivo.			
Art. 113 A Prestadora deverá prestar todas as informações solicitadas pelo usuário referentes ao serviço, inclusive quanto às tarifas em vigor, o número e a data da Resolução que as houver homologado, bem como sobre os critérios de faturamento.			
Parágrafo único. A tabela com os valores dos serviços cobráveis, referida no §5º do art. 97, deverá estar acessível nos postos de atendimento próprios e terceirizados, em local de fácil visualização, devendo a Prestadora adotar, complementarmente, outras formas de divulgação adequadas.			
Art. 114 Os tempos de atendimento às solicitações e às reclamações apresentadas pelos usuários serão medidos considerando como parâmetros o momento da notificação à Prestadora e o da regularização ou do encerramento do serviço.			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
Art. 115 A Prestadora deverá promover campanhas de redução do desperdício de água, de utilização racional da água tratada, de uso adequado das instalações sanitárias, de preservação do meio ambiente, de regularização de ligações, de divulgação de direitos e deveres dos usuários, bem como de outras concernentes ao desempenho eficiente e sustentável dos serviços.			
Art. 116 A Prestadora é responsável pela prestação adequada de serviços a todos os usuários, satisfazendo as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, modicidade das tarifas, cortesia na prestação e prestando as informações para a defesa de interesses individuais e coletivos.			
§1º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a suspensão efetuada por motivo de manutenção e nos termos dos arts. 106 a 108 desta Resolução.			
§2º A Prestadora deverá elaborar instrumentos de gestão de riscos, contemplando medidas de contingência, enfrentamento de situações emergenciais, entre outros, inclusive medidas de racionamento, nos sistemas por ela operados, nos moldes definidos em resolução específica do órgão regulador.			
§3º Os planos de emergência e de contingência deverão contemplar ações que garantam o abastecimento quando o tempo de paralisação for superior a 24 (vinte quatro) horas.	§3º Os planos de emergência e de contingência deverão contemplar ações que garantam o abastecimento dos serviços essenciais quando o tempo de paralisação for superior a 24 (vinte quatro) horas.	O abastecimento será garantido aos serviços essenciais (hospitais, clínicas, escolas, creches, presídios, manicômios, asilos e outros).	Rejeitada. Os planos devem contemplar todos os usuários, consideradas as suas essencialidades.
Art. 117 Na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, a Prestadora assegurará aos usuários, dentre outros, o direito de receber o ressarcimento dos danos que porventura lhes sejam causados.			
§1º O ressarcimento, quando cabível, deverá ser pago no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da constatação da responsabilidade.			
§2º O direito de reclamar pelos danos causados caduca 90 (noventa) dias após a ocorrência do fato gerador.			
§3º Os custos da comprovação dos danos são de responsabilidade da Prestadora.			
Art. 118 A Prestadora notificará a autoridade competente quando identificar, em imóveis atendidos com rede pública de distribuição de água, a existência de fonte alternativa de abastecimento em desacordo com a legislação pertinente.			
Art. 119 É de responsabilidade do usuário a adequação técnica, a manutenção e a segurança das instalações internas da unidade usuária, situadas além do ponto de entrega e/ou de coleta.			
Parágrafo único. A Prestadora não será responsável, ainda que tenha procedido a vistoria, por danos causados a pessoas ou bens decorrentes de defeitos ou vícios nas instalações internas do usuário, bem como de sua má utilização.			
Art. 120 O usuário será responsável, na qualidade de depositário a título gratuito, pela custódia do padrão de ligação de água e dos equipamentos de medição e outros dispositivos da Prestadora, de acordo com suas normas procedimentais.			

Consulta Pública	Contribuições Embasa	Justificativas	Resposta AGERSA
Art. 121 É vedada toda e qualquer construção sobre adutoras, redes e dentro dos limites da faixa de servidão.			
Art. 122 O encerramento da relação contratual entre a Prestadora e o usuário será efetuado:			
I - por ação do usuário, mediante pedido de desligamento da unidade usuária, observado o cumprimento das obrigações previstas nos contratos, de uso do sistema e de adesão, conforme o caso; e			
II - por ação da Prestadora, quando houver pedido de ligação formulado por novo interessado referente à mesma unidade usuária.			
Parágrafo único. No caso referido no inciso I, a condição de unidade usuária desativada deverá constar do cadastro até que seja restabelecida a prestação dos serviços em decorrência da formulação de novo pedido de ligação.			
Art. 123 A requerimento do interessado, para efeito de concessão do “Habite-se” pelo órgão municipal competente, será fornecida pela Prestadora a declaração de que:			
I - o imóvel é atendido, em caráter definitivo, pelo sistema público de abastecimento de água;			
II - o imóvel é atendido, em caráter definitivo, pelo sistema público de esgotamento sanitário; ou			
III - o imóvel não é atendido pelo sistema público de esgotamento sanitário.			
Art. 124 Os usuários, individualmente, ou por meio de associações, ou, ainda, de outras formas de participação previstas em lei, poderão, para defesa de seus interesses, solicitar informações e encaminhar sugestões, elogios, denúncias e reclamações à Prestadora ou ao Ente Regulador, assim como poderão ser instados a cooperar na fiscalização da Prestadora.			
Art. 125 A Prestadora deverá observar o princípio da isonomia em todas as decisões que lhe foram facultadas nesta Resolução, adotando procedimento único para toda a área de concessão outorgada.			
Art. 126 Cabe ao Ente Regulador resolver os casos omissos ou as dúvidas suscitadas na aplicação desta Resolução, inclusive decidindo em segunda instância sobre pendências da Prestadora com os usuários.			
Parágrafo único. Na solução desses casos, o Ente Regulador poderá considerar o que dispuserem as normas e procedimentos da Prestadora.			
Art. 127 Não será permitida a remissão de dívidas, a prestação de serviços gratuitos, nem a prestação de serviços com abatimento de preços, exceto aqueles já previstos na estrutura tarifária homologada pelo Ente Regulador.			
Art. 128 Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e se incluirá o do vencimento, devendo-se iniciar e concluir em dias úteis.			
Art. 129 Integram este regulamento o Anexo I - Modelo de Contrato de Adesão e o Anexo II - Tabela de Preços e Prazos dos Serviços.	Art. 129 Integra este regulamento o Anexo I - Modelo de Contrato de Adesão.	Não consta como anexo. Não é interessante essa tabela constar como anexo do Regulamento, pois deve ser atualizada periodicamente, na medida em que os custos para realização desses serviços também mudam.	Rejeitada. Nada impede que a versão original aqui esteja e seja substituída por suas atualizações.
Art. 130 Revogam-se as disposições em contrário.			